



**ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE  
(Casa de Félix Araújo)**

Secretaria de Apoio Parlamentar  
Departamento de Taquigrafia

APANHADO TAQUIGRÁFICO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA  
18ª LEGISLATURA, DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE,  
REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 2023.

**ATA DA 15ª AUDIÊNCIA PÚBLICA**  
**Assunto: Debater a implementação da geração de**  
**energias renováveis e seus impactos para a**  
**agroecologia na região do polo da Borborema**

---

REVISORA



**ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE  
(Casa de Félix Araújo)**

Secretaria de Apoio Parlamentar  
Departamento de Taquigrafia

**EQUIPE TAQUIGRÁFICA:**

Amanda Mamede – Matrícula nº 152126

Gabriela Paes – Matrícula nº 152325

Jonas Ribeiro – Matrícula nº 2625

Priscila Nunes - Matrícula nº 152324

Renally Martins – Matrícula nº 152117

Tiago Ferreira – Matrícula nº 152322

Sávio Nóbrega



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**(Casa de Félix Araújo)**

Secretaria de Apoio Parlamentar  
Departamento de Taquigrafia

**A SRA PRESIDENTE JÔ OLIVEIRA:** Bom dia a todas e todos. Declaramos aberta a 15ª Audiência Pública, da 3ª Sessão Legislativa, da 18ª Legislatura da Câmara Municipal de Campina Grande “Casa de Félix Araújo”, realizada neste 27... 28 de outubro, que tem como objetivo debater a implantação e geração das energias eólicas e renováveis e seu impacto para a região da Borborema, de nossa autoria Jô Oliveira, que neste momento Secreta... Presido esse trabalho, e também junto ao Vereador Anderson Almeida, Anderson Pila que Secretaria essa ação junto comigo. Então, gostaríamos de começar montando a nossa Mesa e gostaria de chamar desde já o Sr. José Godoy Bezerra Souza, Procurador Regional dos Direitos do Cidadão e Vice Coordenador do Comitê de Prevenção ao combate à tortura, Procurador da República. Gostaríamos também de convidar para compor a nossa Mesa o Sr. Aldrin Martin Pérez Marin, pesquisador do Instituto Nacional do Semiárido - INSA. Gostaria de convidar agora o Sr. Claudionor Vital Pereira, advogado e Assessor Jurídico do Centro de Ação Cultural - CENTRAC. Só queria pedir um pouquinho da paciência de vocês em relação ao tempo, mas já já a gente deslança. Gostaria de chamar a Sra. Roselita Vitor da Costa Albuquerque, membro da ASA Paraíba e da Coordenação da Marcha pela vida das mulheres e pela Agroecologia. E, como eu disse assim que ela chegou aqui na Casa, uma mulher muito poderosa. Gostaríamos de chamar a Sra. Zélia de Melo Duda, assentada do Assentamento Pequeno Richard, outra mulher poderosa. Não que os homens que estão sendo chamados aqui não sejam, entendeu? Mas como aqui as mulheres precisam ser sempre colocadas nessa referência, é importante sempre colocá-las nesse lugar. Gostaria de me chamar agora para compor a Mesa, a Sra. Ricélia Maria Marinho Salles, ela é Mestre em Geografia pelo UFRN e Doutora em Recursos Naturais pela UFCG. Gostaríamos também de convidar para compor a Mesa o Sr. Marco Eloi, agricultor e também assentado aqui da reforma agrária. Com a Mesa formada, eu queria passar aqui a palavra para o nosso Secretário, o Vereador Anderson Almeida.

**O SR SECRETÁRIO ANDERSON PILA:** Presidenta Jô, iniciando os nossos trabalhos, já queria fazer a Justificativa de alguns Vereadores. Justificativa da Vereadora Ivonete Ludgério que deixa de participar em razão de compromisso previamente agendado. Vereador Pimentel deixa de participar dessa Audiência Pública porque houve um convite para participação do mesmo à Câmara Municipal da cidade capital do Pernambuco, Recife. Vereador Bruno Faustino também faz seu registro e Justificativa de Ausência porque já... Já tinha, é... Atividades previamente agendadas pelo seu Gabinete. Justificativa de Ausência também da Vereadora Carol Gomes, que deixa de participar desta Audiência também porque tinha já compromissos agendado. A Vereadora Eva Gouveia que estava aqui no Plenário teve que participar de uma reunião que está acontecendo agora neste momento para a eleição dos Conselheiros Tutelar, visto que houve um problema e essa Casa e nós Vereadores fomos procurados pelos Conselheiros Tutelar, informando que tava havendo uma divergência no pleito que acontecerá no dia primeiro, agora nesse próximo domingo. Então, Eva Gouveia foi representando a... A bancada de oposição para essa reunião, visto que nós temos essa Audiência com grande importância e



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**(Casa de Félix Araújo)**

Secretaria de Apoio Parlamentar  
Departamento de Taquigrafia

ficará aqui o Vereador Anderson Pila, Renan Maracajá e a Vereadora Presidente Jô Oliveira. Eu queria chamar... Queria chamar para compor aqui... Essas pessoas que a gente vai chamar, ela possa... Ela possa adentrar o Plenário: Cícero Legal, Secretário Estadual do Ministério do Desenvolvimento Agrário da Paraíba, por favor, Legal. Dr. Hamilton de Souza Neves Filho, Promotor do Meio Ambiente de Campina Grande, por favor. Djalma Feitosa, Procurador da República. Elisete Andreoli, Superintendente de Administração do Meio Ambiente - da SUDEMA. Dilei, do Setor de Produção. Eu não disse o sobrenome porque eu nunca aprendi. Dilei é minha amiga de muito tempo e eu nunca aprendi o sobrenome de Dilei. Aí a gente só chama Dilei, né? Shiochet? Minha amiga Dilei, uma grande referência pra gente que faz a luta, que faz a luta do campo e para quem não conhece quem faz a luta das cidades também, viu? Dilei tem uma grande... Uma grande participação de nossa formação política também. Creio que da Vereadora Jô também, né, Dilei? Cleide Araújo, Secretária Geral da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadores Rurais do Estado da Paraíba – FETAG, e Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de São Vicente Seridó. O Secretário Renato Gadelha, Secretário Municipal de Agricultura de Campina Grande, muito obrigado por vossa presença. Antônio... Antônio Fernandes, Reitor da Universidade de Campina Grande – UFCG. Chega agora e a gente já convida para o Plenário a Deputada Estadual Cida Ramos. Antônio Fernandes, Reitor, já chamei, não foi? Rafaela Camaraense, Secretária de Meio Ambiente. Poliana Dutra, Secretária Estadual de Desenvolvimento Humano. Cidoval Moraes de Souza, Universidade Estadual da Paraíba. Marilene Nascimento... Marilene Nascimento, da ASA, representando a ASA. Representando a Secretária de Estado do Meio Ambiente, Rafaela Camaraense, Ederson Lucena. Já está aqui. Edson Júlio de Andrade Filho, Defensor Regional dos Direitos Humanos. Para adentrar o Plenário também, nosso amigo e Vereador, Nelson Anacleto, Secretário de Agricultura de Lagoa Seca. Nelson... Carlos Antônio Macedo, Vereador do Município de Boa Vista. Marcos Aurélio Coutinho Barreto Filho, engenheiro civil e da Secretaria de Serviços Urbano e Meio Ambiente, a SESUMA. Lindemberg Figueiredo, da Secretaria de Agricultura, engenheiro agrônomo. Que possa adentrar também ao Plenário, Anderson Danilo, Procurador do... Do MPF. Adriana Galvão Freire, componente da Coordenação da ASPT... Esqueceram o “A” aqui, viu? Edson Johnny Galdino Silva, Coordenador do Polo Sindical da Borborema. Maria do Socorro Oliveira, Coordenadora do CENTRAC. Nelson Ferreira dos Santos, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca, Coordenador do Polo Sindical.

**A SRA PRESIDENTE JÔ OLIVEIRA:** Eu gostaria de passar a palavra, a ação agora para Maria do Céu e Emanuel para que a gente dê continuidade aqui a nossa Audiência Pública.

*(mística inaugural/ apresentação artística/ leitura de Manifesto)*



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**(Casa de Félix Araújo)**

Secretaria de Apoio Parlamentar  
Departamento de Taquigrafia

*O tempo passa e todo dia... Também tem energia solar. Essa é mesmo boa de amargar, pois parece que nunca vai acabar enquanto o Rei Sol brilhar. O Sol, a nossa estrela imensa, é mesmo uma dádiva de Deus. O calor que ele manda ao planeta desde o começo dos tempos é o que mantém a vida na Terra e gera todo o nosso alimento.*

*Aqui viemos em marcha para dizer a todas e todos e todes que não somos, nós podemos, não podemos nos calar mediante os impactos dos grandes empreendimentos de energias solar eólica estão causando nos territórios camponeses na Paraíba, não só no compartimento da Borborema, nem no meio do Sertão, nem no Seridó ou no Curimataú paraibano, mas também em todas, em todos os estados vizinhos que nós temos. Escutamos, escutemos os que passam esses impactos.*

*Sobre a energia fiquei triste porque eles chegaram na casa da gente com uma conversa e deixa é outra realidade. Quando eles chegaram para nós assinarmos os documentos eles disseram assim "Se a gente não assinasse era besteira, porque os outros vizinhos todos já tinham assinado". E o que mais me revoltou foi quando perguntei se quando a gente se aposentar ou fazer empréstimo no banco não ia ter problema, e eles disseram que a gente não iria ser prejudicado. Nós íamos continuar sendo agricultores e agora a gente sabe que isso não é verdade. Atingido da Paraíba.*

*As pessoas que moram em áreas de assentamento e comunidades, tenham muito cuidado com esses parques de energia eólica e solar, porque as pessoas das empresas chegam nas comunidades procurando conversar com as pessoas, e aí chegam para fazer arrendamento das terras e para as pessoas assinarem pré-contrato e contratos e não informa da forma correta. E muita das vezes usam de má-fé, chegam até usar segundas e terceiras pessoas para enganar as pessoas. Quando as pessoas não aceitam elas usam de má-fé, de agressão e ameaça psicológica, exigindo que as pessoas têm que assinar porque é muito dinheiro, porque as pessoas vão ter muita... Vão ter vida melhor e na verdade não é bem assim. Se a gente for olhar nas formas dos pré-contratos e contratos são abusivos. Portanto, tenham muito cuidado quando chegar essas pessoas nas comunidades. Tente fiscalizar, consulte um advogado. Veja direitinho para que não assine o contrato sem estar sabendo o que de fato está fazendo, porque depois quando tentar recorrer pode ser tarde demais e não ter volta. Atingida Paraíba.*

*Venho alertar, por meio das redes sociais, que a gente tenha bastante cuidado quando chegar essas empresas, as empresas solar no nosso lote, porque eles chegaram oferecendo uma coisa e não é. Então, no meu lote já chegaram, faz dois anos que entraram no nosso assentamento oferecendo uma coisa que não foi e quando chegou lá usaram a questão do meu filho que é especial e que eu assinasse o contrato que eu ia ter a melhoria no tratamento do meu filho. Eles usaram o nome do meu filho para que eu assinasse o contrato. Atingido Paraíba.*



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**(Casa de Félix Araújo)**

Secretaria de Apoio Parlamentar  
Departamento de Taquigrafia

*Como é que eles, os empresários, chegam aqui e botam esses, essas coisas? O zero geradores, sem pedir permissão a ninguém? Antes aqui era Sítio Sobradinho e agora já não é mais. Agora eles é que são os donos e não pode ser assim. Nós temos os nossos direitos. Eu não quero sair do meu lugar, porque meu lugar era muito sossegado. Um lugar para você viver a vida inteira e agora não tem mais como eu viver aqui. Como é que eles podem vir fazer isso e tirar a paz da gente? Eu não me conformo com isso, não. Atingidos de Pernambuco.*

*Depois da implantação muitos animais cismaram e fugiram daqui. Antes era comum, hoje em dia dificilmente a gente escuta um canto de um passarinho. Muitos animais que viviam aqui a gente não vê mais, sumiram e eu acho que foi porque ficaram assustado com o barulho das torres. Atingido de Pernambuco.*

*Quando chega em larga escala devastando dunas e manguezais, quando tem um modo de agricultura de produção familiar. Então, isso é uma coisa devastadora. Alerta Nevinha do Rio Grande do Norte.*

*Depois da implantação desse Parque, foi muito sofrimento para os moradores daqui por causa do trabalho, do barulho que é demais, a poeira também. Quando foram implantar o parque tiveram que explodir algumas pedras para colocar as torres eólicas e muitas casas ficaram rachadas. A minha foi uma delas e até hoje está assim. Procuramos os responsáveis, mas eles nunca resolveram o nosso problema. Atingido de Pernambuco.*

*Eu não consigo dormir, eu não tenho mais sossego. Fico muito agitada. A cada vez que eu vou ao médico, ele aumenta a dose da minha medicação, porque eu não consigo dormir. Os meus remédios não faz mais efeito, o barulho dessas torre me prejudica muito, mas os médicos diz que não pode fazer nada, porque não é culpa deles. É culpa de quem está nessas torres eólicas e placas solares. Que é que eu faço meu Deus? E agora? Atingido de Pernambuco.*

*A gente não é contra a energia solar e eólica e, sim, contra esse padrão trazido ao Nordeste, porque ele se baseia na expulsão de agricultores e agricultoras, na violência contra a natureza, no adoecimento, na divisão das famílias e comunidades. Defendemos o modelo de energia renovável e descentralizada que não mate as vidas em nossos semiárido, por isso seguiremos em marcha defendendo os alimentos sagrados que são florescidos em nossos quintais, em nossos territórios. O território da Borborema, nosso território paraibano, não é lugar de Parque Eólico e nem solar! Por vocação é lugar de produzir alimentos!*

*E, neste momento, recebemos aqui o nossos agricultores e agricultoras, a nossa juventude com os produtos e as bandeiras de luta do nossos territórios aqui na Paraíba. Cantando: pela reconstrução do Brasil e pelo, pelo, pelo bem viver / seguiremos em marchas / atentas e fortes /*



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**(Casa de Félix Araújo)**

Secretaria de Apoio Parlamentar  
Departamento de Taquigrafia

*seguiremos eu e você / pela reconstrução do Brasil e pelo, pelo, pelo bem viver / seguiremos em marchas / atentas e fortes / seguiremos eu e você. Todos: pela reconstrução do Brasil e pelo, pelo, pelo bem viver / seguiremos em marchas atentas e fortes / seguiremos eu e você / pela reconstrução do Brasil e pelo, pelo, pelo bem viver / seguiremos em marchas / atentas e fortes / seguiremos eu e você / pela reconstrução do Brasil e pelo, pelo, pelo bem viver / seguiremos em marchas / atentas e fortes / seguiremos eu e você. E é nesta caminhada, é neste território, é nesta mãe terra que nós queremos ficar. Pela vida das mulheres? E PELA AGROECOLOGIA! Borborema agroecológica? NÃO É LUGAR DE PARQUE EÓLICO!*

**A SRA PRESIDENTE JÔ OLIVEIRA:** Obrigada a todas as pessoas. Trouxeram todos os símbolos, todas as referências e, principalmente, justificam porque que a gente luta. Muito obrigada. Vendo muita gente aqui que tá no dia a dia trazendo essas referências, muito obrigado pela participação de vocês nesse momento de mística. Queria passar a Presidência aqui para o meu colega, Vereador Anderson Almeida, para que eu possa inclusive fazer a Justificativa da nossa Audiência Pública.

**O SR PRESIDENTE ANDERSON PILA:** Queria convidar para adentrar o Plenário, Joseildo Alves (Galego do Leite), Secretária Executivo de Agricultura. Depois da fala de Jô, a gente faz os Registros de Presença.

**A SRA VEREADORA JÔ OLIVEIRA:** Som? Oi? Agora sim. Bom dia, gente. Bom dia, povo! Nós somos o povo que luta, né? Então, a gente tem que estar com a energia aí redobrada para todos, enfrentamentos que a gente precisa fazer. Eu quero dizer da minha satisfação de estarmos hoje, neste dia 28 de setembro, com a Casa lotada de gente que garante o alimento na nossa mesa! Muito obrigada a cada um dos Agricultores e Agricultoras que, inclusive, trouxeram um café da manhã aqui reforçado para quem ainda não teve acesso. Se tiver, eu recomendo que vocês cheguem lá, trouxeram galinha, macaxeira, cuscuz, tudo produzido por essas pessoas que estão aqui. Então, muito obrigada por essa contribuição de vocês que mostra exatamente a importância e a necessidade de termos essa defesa diária daqueles e aquelas que colocam o alimento na nossa mesa. E de forma muito rápida, quero agradecer a cada um dos Vereadores e Vereadoras que nos permitiram fazer essa Audiência Pública, a gente precisou, é, apresentar aqui o Requerimento, solicitar essa Audiência Pública, inclusive, justificar porque nós estamos aqui hoje fazendo esse debate sobre os impactos das energias renováveis aqui para a região da Borborema. Dizer, inclusive, que o Vereador Anderson já fez esse debate aqui nessa Casa no ano de 2021 falando das instalações das, das usinas solares no entorno de Campina Grande. E, hoje, a gente tem também aqui a presença de vários outros municípios, colocando aquilo que já experimentam nos seus territórios, a partir desse lugar cada vez mais próximo que as energias renováveis estão chegando aqui nos nossos territórios. E, de forma muito rápida, eu queria que agradecer as Entidades, né? Que foram responsáveis por fazer esse



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**(Casa de Félix Araújo)**

Secretaria de Apoio Parlamentar  
Departamento de Taquigrafia

processo de mobilização e articulação junto conosco para que a gente tivesse aqui nessa manhã: Associação de Floricultura de Bulgaris, a Articulação do Semiárido, o CENTRAC, a Cajaman, ASPTA, o Polo Sindical, a CPT, o MST, o Patac, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de vários municípios que estão aqui, o Folia, o Coletivo do Curimataú, Coletivos do Cariri, do Seridó, a Cáritas, o MAB, a PJ... É, a PJR, a Pastoral, o Serviço Pastoral do Imigrantes, além, obviamente, de termos aqui... A quem eu queria fazer uma ressalva bem especial, a Deputada Cida Ramos, que compõe hoje aqui a nossa Mesa de honra, que me permitiu inclusive junto à Comissão de Meio Ambiente, conhecer as experiências dos parques eólicos no Sertão da Paraíba. E, em especial, agradecer a todas as pessoas que compõem essa Mesa. Essa mesa foi pensada, gestada e organizada junto a essas Entidades para que a gente pudesse ter exatamente, a partir do olhar de cada um e cada uma, enquanto jurista, enquanto pesquisador, mas também enquanto aqueles e aquelas que podem ser diretamente afetados com a instalação desse Parque. Nós temos aqui hoje um lugar de construir não só essa mesa de diálogo que tem acontecido, inclusive, na Assembleia, feita pela Deputada Cida. Feita e começada aqui por essa Casa e que nós estamos dando continuidade. Mas é importante que a gente tenha a possibilidade de ampliar esses fóruns de debate para aquilo que os movimentos têm feito. Eu, particularmente, participo da Marcha pela vida das mulheres e pela Agroecologia, sei do tempo que as mulheres ocupam as ruas e dizem o quanto, né? Esse processo pode ser muito danoso para nós do ponto de vista de gênero, do ponto de vista da segurança alimentar, do ponto de vista da geração do emprego e renda e de todos os impactos que quem acompanha a pauta sabe que a gente pode experimentar. E é importante que eu encerre a minha fala que dizendo: nós não somos contra o progresso! Porque geralmente nos colocam nesse lugar, né? Quando a gente questiona algum modelo dizem “Ah, porque vocês querem atrapalhar o desenvolvimento”. Não é isso! Mas a gente quer que aquilo que foi construído de forma dialogada, que inclusive os movimentos possam fazer parte dessas mesas de negociação, possam trazer as suas experiências, possam incidir dentro daquilo que já experimentam nas suas comunidades, possam também incidir no momento em que são pensados os territórios, momentos que são pensados as modalidades que serão em colocar... Que serão colocadas de energia. Então que este momento aqui seja mais um desses lugares em que a gente possa reforçar a importância de termos momentos cada vez mais coletivos para a construção dessa pauta. Muito obrigada.

**O SR SECRETÁRIO ANDERSON PILA:** Aproveitar a Vereadora Jô... Pra ler, fazer Registro de Presença de Robson Mota, Gerente do Orçamento Democrático. Sérgio Bandeira, Dirigente Estadual do Partido dos Trabalhadores, se encontra ali. Maria da Conceição Gomes Figueiredo, agricultora. Roberval Cavalcante de Abrantes, advogado e jurista da Secretaria de Agricultura. Mariana Porto, Secretária de Agricultura. Maria Giselda Nunes Bezerra, Coordenadora da Marcha pela vida das mulheres e pela Agroecologia. Marielene Nascimento Melo, Conselheira Diretora do PATAC. Sônia Nascimento Melo Marques, convidada. José Mota Oliveira Filho,



**ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE  
(Casa de Félix Araújo)**

Secretaria de Apoio Parlamentar  
Departamento de Taquigrafia

Secretário da OMEB. Janiele Ezequiel de Jesus, convidada. Marizelda Salviano Duarte da Silva, Vice-Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadores Rurais de Esperança.

**A SRA PRESIDENTE JÔ OLIVEIRA:** Oi, eu vou passar a Presidência aqui para o meu colega Anderson que a Imprensa tá chamando ali para que a gente possa falar. E aí, já queria deixar aqui, inclusive, o convite para que Roselita Vitor da Costa Albuquerque, né? Possa falar, nesse tempo que ela vai ocupar a Tribuna, sobre os impactos das energias renováveis para agricultura familiar e para agroecologia e a resistência do povo camponês.

**A SRA CONVIDADA ROSELITA VITOR DA COSTA ALBUQUERQUE (MEMBRO DA ASA PARAÍBA E DA COORDENAÇÃO DA MARCHA PELA VIDA DAS MULHERES E PELA AGROECOLOGIA):** Bom dia a todos e a todas. Quero aqui cumprimentar todos os companheiros e companheiras de luta dos vários movimentos, os agricultores, as agricultoras... E quero falar desse... Dessa grande Borborema, desse território que a gente tá em luta defendendo. Primeiro, dizer que esse território, o território da Borborema, é um território camponês, é um território de produção da Agricultura Familiar. Esse território é um território de referência da Agroecologia para o Brasil e é referência internacionalmente também. Aqui a gente tem um patrimônio, tem um patrimônio de organização social, a gente tem um patrimônio onde os agricultores, as agricultoras, as suas organizações, há quase 30 anos, constroem a Agroecologia na produção de alimentos para o povo da cidade. Eu queria somente trazer uma questão: durante a pandemia, o Polo da Borborema comprou 130 toneladas de alimentos para as famílias em situação de insegurança alimentar. Aqui não tá na conta ação do MST, aqui não tá na conta a ação que o PATAC, é, realizou, aqui não tá a conta que o... Da ação do CENTRAC, eu tô falando da ação do Polo. Se a gente somar a quantidade das várias organizações que nesse território tem promovido Agricultura Familiar e Agroecologia, esses números, eles triplicam. Então, nós estamos no território de produção camponesa, de construção da Agroecologia. Nós estamos numa região de áreas de assentamento da reforma agrária e da agricultura familiar. São patrimônios! Esses são patrimônios não só do povo camponês, mas da população da cidade que se alimenta desses alimentos que vem da zona rural, né? Nós temos aqui nesse território uma rede de mais de 80 bancos comunitários de sementes que estão cultivando, que estão promovendo a soberania à segurança alimentar, além de preservar nossa biodiversidade. Nós temos uma rede de agricultores e agricultoras Guardiões das Sementes. Se a gente for somar, a partir da ação da ASA, são para mais de 120 bancos comunitários espalhados nessa região. É um patrimônio do povo camponês, mas do seu trabalho a serviço da humanidade, para construção da soberania e da segurança alimentar. Nesse território nós temos a construção de mais de 15 mil cisternas para água de beber e água para produção de alimentos espalhadas por essas regiões todas, mas também eu queria trazer, só aqui em Campina Grande, nós temos quatro feiras agroecológicas. Tem uma feira no Museu do Algodão, tem uma feira no IF, tem uma feira na UEPB, na Central de Aulas e tem uma outra feira no Catolé. São patrimônios do povo da cidade



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**(Casa de Félix Araújo)**

Secretaria de Apoio Parlamentar  
Departamento de Taquigrafia

também, onde a Agroecologia leva alimentos mais baratos, livre de transgênicos e livre de agrotóxico. Então, eu queria, assim, ressaltar essas questões porque nós estamos aqui na defesa de um território vivo, pulsante, aonde a Agroecologia e a convivência com semiárido tem sido a nossa fonte de proteção de garantia de direitos dos nossos modos de vida. E, eu queria dizer que esse nosso patrimônio, ele tá ameaçado por esse modelo de produção de energia renovável. E, é tão difícil a gente para explicar a gente ter que dizer “a gente não é contra a energia renovável” e não somos! O mundo precisa! Todo mundo tá falando do aquecimento global, todo mundo agora tá se preocupando com a onda de calor, mas vem, inclusive, do esgotamento da natureza, do que se vem fazendo nessa relação entre a produção, o modelo de produção do agronegócio. Portanto, quando a gente tá aqui defendendo o nosso território, a gente tá defendendo a natureza e a vida das pessoas. E aí, entendemos que a forma abusiva de como as empresas têm chegado nas propriedades familiares é uma violação de direito dos agricultores e das agricultoras. As empresas continuam andando nas comunidades rurais de forma individualizada, assediando as famílias, fazendo propostas dizendo: “você vai ter um dinheiro que você vai no final do mês, você tem dinheiro garantido” e não é verdade! Que vai ter desenvolvimento para os municípios, que vai ter muito emprego... Vai ter muito emprego, minha gente, enquanto os parques estão sendo construídos, depois não tem mais emprego. Não é? Então, assim, é preciso que a gente fale sobre isso, porque eu acho que a ideia do desenvolvimento... Desenvolvimento para quem? Né? Se as nossas terras estão sendo tomadas, se as famílias não sabem claramente dos impactos dessas energias. Quer dizer, desenvolvimento, nós entendemos desenvolvimento porque, para quem produz, o desenvolvimento não é só dinheiro no bolso, é qualidade da saúde, qualidade da educação, o direito aos nossos modos de vida, de morar e viver no campo. Eu mesmo, anoitecer, de tardezinha no meu... Lá no meu pedaço de chão, fruto da luta da reforma agrária, é como se fosse uma oração todo dia. E a gente quer continuar vivendo assim e isso é qualidade de vida. Qualidade de vida não é só dinheiro no bolso, não! É a gente poder viver, é a gente poder celebrar o fruto da nossa luta, ter a nossa terra, ter o nosso modo de viver, de se alimentar daquele lugar que é lugar sagrado da produção da Agricultura Familiar. Então, assim, nós entendemos que o Poder Público, que os representantes públicos eleitos pela população é dever proteger os nossos cidadãos. É dever! Nós não podemos continuar sendo violentados os nossos direitos, onde as empresas entram, fazem muito bem o que quer e ninguém se responsabiliza pelos danos. A gente tá falando das mudanças climáticas e é contraditório quando você tem um modelo de produção de energia onde você tem que desmatar a caatinga que é essencial. E pesquisas... Tem uma pesquisa de 2020, inclusive, companheiro Aldo tá nessa... Tá nessa pesquisa, tá lá numa... É uma, uma matéria do Governo do Estado da Paraíba que a caatinga, ela é um patrimônio que, e que pode contribuir demais para amenizar as mudanças climáticas. E que modelo é esse que continua desmatando? O Mapa Biomas desse ano saiu agora, saiu esse início de ano, que já tem um acréscimo de três pontos do desmatamento no semiárido brasileiro. Inclusive, o Mapa Biomas, a partir do alerta de



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**(Casa de Félix Araújo)**

Secretaria de Apoio Parlamentar  
Departamento de Taquigrafia

desertificação, tá colocando que esse aumento tá ligado, inclusive, à produção de energia dos parques e das usinas solares. Então, minha gente, é muito contraditório a gente dizer que é essa energia... Ela é renovável? Ela é. Agora limpa, ela não é não. Né? Porque ela não fica na comunidade, ela não fica no Estado. Inclusive, ela vai para uma rede nacional onde é leiloadada, é vendida para a produção no Sul, para o agronegócio. Então, a gente não pode continuar produzindo energia onde os lucros são ótimos para as empresas e a Agricultura Familiar, os agricultores continuar na pobreza. Porque se não tem, é, um avanço da melhoria da saúde, da educação, da reforma agrária, do bem-estar das famílias... Que desenvolvimento é esse? Então, assim, eu acho que a gente quando tá vindo aqui, nós estamos vindo para trazer essas questões e para a gente dizer que esse modelo ele não serve para agricultura, ele não serve para o semiárido brasileiro. E experiências no campo da democratização do acesso à água é o que a gente tem. Nós tínhamos antes os grandes açudes, as barragens e a população camponesa do semiárido vivia à mercê de carro-pipa. É, hoje ainda tem, mas antes era muito pior, porque não tinha nem cisterna onde botar água, botava no barreiro que durava dois dias e ali tinha um sapo, tinha o jumento que ia beber água, não tinha nem qualidade de água. Hoje a gente tem uma política reconhecida mundialmente que a política de convivência com semiárido, né? De democratização do... Então, eu quero aqui reafirmar a nossa luta e dizer que é importante esse debate hoje e esperamos que a gente encontre soluções para discutir essa problemática e proteger o nosso patrimônio na Borborema e no estado da Paraíba. Muito obrigada.

**O SR PRESIDENTE ANDERSON PILA:** Queria chamar aqui para poder também dar a sua contribuição e fazer sua fala, a agricultora Maria da Conceição Gomes Figueiredo que pode usar a Tribuna por cinco minutos.

**A SRA PRESIDENTE JÔ OLIVEIRA:** Enquanto isso... Ah!

**A SRA CONVIDADA ZÉLIA DE MELO DUDA (ASSENTADA DO ASSENTAMENTO PEQUENO RICHARD):** Bom dia para todos e todas. Meu nome é Zélia, sou do Assentamento Pequeno Richard e tô aqui, né? Para a gente falar um pouco dessa energia eólica, né? Que vem aí meio confundindo nós, agricultor. Então, nós lutamos muito para estar na terra e hoje chega uma empresa falando de melhorias. Que no caso sendo para elas, né? Porque enquanto para nós, não. Porque é muito bom, o Senhor lá vem oferecer propostas enganadoras, né? Que o pobre vai mudar de vida. E não é essa a realidade. Porque quando nós entramos na terra foi porque nós temos um objetivo de trabalhar, educar nossos filhos e ter uma qualidade de vida e a nossa vida está sendo ameaçada. Por isso, é importante que a gente fale muito sobre isso. Quem vai responder? Quem responde por isso? Essa pergunta que eu deixo a todos, né? E obrigada.

**A SRA PRESIDENTE JÔ OLIVEIRA:** Obrigada. Só fazendo um ajuste, eu deixei orientação trocada aqui para o meu Presidente, né? É Zélia de Melo Duda, inclusive, quem fez essa fala. É, gostaria



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**(Casa de Félix Araújo)**

Secretaria de Apoio Parlamentar  
Departamento de Taquigrafia

de passar agora a palavra para Marco Eloi, ele é assentado do Assentamento José Antônio Eufrozino que também pode utilizar a Tribuna.

**O SR CONVIDADO MARCO ELOI (AGRICULTOR):** Bom dia, né? Pros Companheiros e Companheiras. Eu me chamo Marco Eloi de Souza Barbosa, sou assentado da área de reforma agrária. Eu venho aqui meio que colocar a forma abusiva como os, as grandes empresas chegam nas comunidades, né? Eles chega na comunidade procurando a liderança da comunidade, né? Os Presidente de Associação e nesse momento já chega de uma forma que a gente vê que é uma forma abusiva, porque já chega fazendo uma conversa para tentar enganar todo mundo da forma de querer arrendar todos os lotes. E a gente sabe que esse, essa forma que eles chega não é uma forma correta, porque se ele chegasse falando a verdade, falando o que ia acontecer seria bem fácil, mas ele chega só mentindo, chega dizendo que todos os agricultor vai ter um grande salário, que a gente temos que assinar um pré-contrato para dar direito a ele negociar dentro do INCRA, em sequência assinar um contrato, chega prometendo o título da terra nas áreas de assentamento que ainda não são tituladas e diz que é o grande negócio. Só que quando a gente prega... Pega, pega o pré-contrato para ler, para analisar, é uma coisa absurda, né? Ele naquele pré-contrato tem dizendo que a gente tem que ensinar o pré-contrato para dar direito a eles negociar junto ao INCRA, que lá dentro do INCRA ele já tá todo certo, todo legalizado, que o INCRA tá de acordo, que a gente tem que assinar. Quando a gente vai ver essa situação essa não é a realidade, não é a verdade. Tá dizendo lá no pré-contrato que a gente tem que assinar... Assinando ele é 20 anos com direito a mais 20. Quer dizer que não é 20, é 40. E aí, a gente quer saber onde é que fica o direito agricultor, né? Onde é que vai ficar a Agricultura Familiar, porque se a gente vê das grandes fazendas, saindo da mão do latifundiário, às vezes, saem das periferias da, das grandes cidades pra dentro de um acampamento, fazer a luta da reforma agrária, pra um dia chegar a ser assentado e ter seu pedaço de chão e ter o direito de ir e vir com tranquilidade, criar os nossos filhos e naquela, naquele pedaço de terra. Como é que a gente vamos fazer um negócio desse? Repassar pra uma grande indústria, uma grande empresa que vamos perder todos os direitos enquanto agricultor? A gente não vamos nem poder ficar morando lá, porque a partir do momento que ele, ele pegar o nosso lote de terra e... Devastar todo ele, cobrir de praga, a gente não vamos ter mais como criar, como produzir, principalmente exercer a profissão de agricultor, né? Mas isso aí ele só mostra, ele só mostra os benefícios, os malefícios não aparece de forma alguma. E, quando a gente não aceita, quando a gente resiste, né? Tem a resistência, passa a vir as minhas ameaças, né? Que é o pior de tudo! Passa a dizer que se a gente não aceitar, eles lá dentro do INCRA eles têm convênio que o que eles vão fazer lá não é de baixo para cima, não, é de cima para baixo mesmo, que é da forma deles, né? E aí muitas das vezes os agricultor por medo, às vezes, por não ter a sabedoria de saber como é que o INCRA trabalha, termina assinando, né? Eu aconselho que todas as comunidades, quando essas empresas chegar, que chegar com essas conversas, veja bem, procure um advogado, mostre a papelada ao advogado, pra que o



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**(Casa de Félix Araújo)**

Secretaria de Apoio Parlamentar  
Departamento de Taquigrafia

advogado oriente, pra que ninguém assine nada sem saber o que tá fazendo, porque é triste você lutar num movimento, fazer parte da reforma agrária, a gente sabe que tem vários companheiros nossos que tombam na luta em busca de um pedaço de chão, e quando a gente passa a ser assentado, às vezes, a gente pega tudo que conseguiu e joga pra cima, né? Eu acho que isso daí a gente tem que pensar e repensar, porque são muitas pessoas envolvidas com essas grandes empresas, né? Eles não vem só, quando eles vem, eles vêm acompanhados, inclusive de pessoas que compõem ali um grupo, que vem por trás deles conversando com a gente e dizendo a gente que aceite, que assine, porque é um projeto muito bom, mas depois que a gente aceitar não vai mais ter volta, né? É isso que eu queria dizer e agradeço pelo espaço.

**A SRA PRESIDENTE JÔ OLIVEIRA:** Obrigada, Marcos. E assim, com essa fala de Marcos a gente encerra as três falas que nós queríamos começar essa sessão. Inclusive, foi uma das coisas que nós dialogamos com todas essas entidades que pensaram esse momento, é que as autoridades pudessem ouvir aqueles e aquelas que estão ali na ponta e são diretamente afetados por qualquer tipo de intervenção que possa acontecer em seus territórios. Geralmente, a gente costuma abrir espaço para as autoridades, elas falam, e daqui a pouco tem um compromisso aí tem que ir embora, aí não escuta quem de fato precisa. Então, quero inclusive agradecer a quem contribui com a gente com essa metodologia, pra que a gente pudesse começar o diálogo exatamente pelo olhar de quem está lá na ponta, e aí a gente vai ter agora a possibilidade de contribuição de quem também está fazendo esse diálogo a partir da pesquisa, a partir do lugar que ocupa, inclusive, de acompanhar de perto também esse impacto mas aí com outro olhar, que é Aldrin Martin Pérez Marin, que ele é inclusive pesquisador na área, e vai falar um pouco pra gente sobre a importância de mantermos a caatinga em pé, inclusive para a captura do carbono e combate à desertificação aqui no nosso estado.

**O SR CONVIDADO ALDRIN MARTIN PÉREZ MARIN (PESQUISADOR DO INSTITUTO NACIONAL DO SEMIÁRIDO):** Bom dia a todos e todas, eu inicialmente gostaria de agradecer pelo convite, por estar aqui compartilhando conhecimento e informações geradas por nosso grupo de pesquisa aqui no Brasil, que graças ao bom governo do Presidente Lula e Dilma, montou uma estrutura científica robusta que nos permite hoje, modelar a dinâmica de água e carbono na caatinga. E eu queria destacar que não tenho dúvida que essas energias solares e eólicas, elas são importantes, mas enxergar o potencial de como utilizar, depende de nosso olhar, e o olhar como cientista estava observando, que é um olhar imaginário, técnico, científico e econômico, do uso da caatinga, muito a partir daquela visão de [inaudível] problemas, cheia de adversidade, né? E procurando soluções para esses problemas a partir desse olhar, né? E com isso intensifica esses processo de desertificação nas climáticas, e segurança hídrica, e segurança alimentar. E o que é que tá acontecendo nesse momento com essa visão de [inaudível] do semiárido? É uma captura... primeiro é uma privatização do sol e do vento e essa privatização



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**(Casa de Félix Araújo)**

Secretaria de Apoio Parlamentar  
Departamento de Taquigrafia

do sol e do vento tá promovendo que uma captura dos investimentos públicos, para que? Para atender demandas externas, internacionais e fortalecer a narrativa desse movimento, e com isso concentrar o poder político. Essa captura do investimento público, tá gerando maior concentração fundiária, porque eles precisa produzir em escala e para produzir em escala, precisa comprar mais território. Esta captura em investimento público com a concentração fundiária, fortalece o poder político histórico das classes políticas econômicas da região, tá? E o que sucede com isso? Eu tô colocando isso porque é importante, uma vez com essa captura política, dessas iniciativas, porque são duas potencialização do semiárido e semiárido, é acontece uma enfraquecimento dos arcabouços legais do campo ambiental e social, e com isso nós estamos gerando uma série de problemas e essa situação intensifica, como eu falei uma desertificação, mudanças climáticas de gradação, por quê? Porque os parques eólicos estaram ocupando melhores áreas, as áreas altamente conservadas, altamente desertificada, que são as serras e quando eles chegam eles cortam e derrubam a vegetação, o que sucede? O solo fica sem cobertura, então, ele foge, perde sua fertilidade, e assorea rios e lagos, e rios e açudes. Com o solo sem fertilidade, a vegetação não cresce mais, perde a sua pungência, e o clima em todo o lugar resseca, desidrata, e evita a entrada de água, menos precipitação, menos água nas profundezas do solo e os rios intermitentes estancam e o carbono todo que está armazenado na caatinga ele é emitido pra a atmosfera. E estas áreas elas prestam serviços ecossistêmicos, como? Regulação do clima do ar, qualidade do ar, controle de erosão, manutenção das atividades do solo, polinização, dispersão de sementes, controle de inundações, controle biológico, regulação da humidade do ar, serviço culturais, e eu quero destacar aqui um importante que tá diretamente associados com essas partes aqui que é o sequestro de carbono. Nossos estudos já publicados, mais ou menos temos uns 7 trabalhos, publicados em revistas bem conceituadas, como a Netury, o último está sendo enviado, vêm elucidando o extraordinário papel da caatinga para o balanço de CO<sub>2</sub> a nível do país, nacional e global. Verificamos que, o nosso resultado destaca que ao contrário do que se imaginava, que a caatinga não sequestrava carbono, ela atua como excelente sequestradora de carbono, mesmo no período de extrema seca, tem área de caatinga mais úmida, tipo essa que temos aqui pela Borborema, ela sequestra até entre a atmosfera e a vegetação, 5 toneladas de carbono por hectare, em áreas mais secas entre 1,5 a 3 toneladas de carbono por hectare. E também verificamos que esses valores transformam a caatinga numa caatinga mais eficientes quando comparadas com outras florestas no mundo. De cada 100 toneladas de CO<sub>2</sub> que ela pega, 45 ficam como carbono retido, em forma de madeira, que nós chamamos [inaudível] primário. Além disso, é muito eficiente na pouca água que entra, ela produz 5 quilos de carbono, por metro cúbico de água, nenhuma outra floresta é capaz de gerar, fazer esse tipo de produção. E com isso, além disso, vocês sabem que no sistema se estoca o carbono, tanto na vegetação, quanto no solo, nessas caatingas mais densas, nós temos aí quantificado 125 toneladas de carbono, nas áreas mais abertas, 85 toneladas, quando se transformam isso em parques eólicos e solares, esse carbono naturalmente é remitido, mas não podemos quantificar esse carbono,



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**(Casa de Félix Araújo)**

Secretaria de Apoio Parlamentar  
Departamento de Taquigrafia

eu fiz um exercício tanto no parque da serra de palmeiras, só se mantivesse a caatinga em pé, e esse pagássemos por esse serviço ambiental, nós teríamos aí uma entrada líquida, que poderia ser beneficiada para todos os moradores do semiárido, ou em torno daquela área de 7 milhões de reais. O parque aqui da Borborema, daria mais ou menos, que são 200 hectares, né? Dá mais ou menos 1 milhão e meio de reais, que podia anualmente, que podia ser redistribuído, fora isso, eu queria destacar aqui que o carbono que ela tá sequestrando, não supera o que a empresa tá dizendo que vai sequestrar. Além disso, pessoal, o fato de ter a caatinga em pé, protegendo essa serra, ela evita que se perca uma tonelada de solo, por hectare, e uma tonelada de solo por hectare, se eu perco, eu tô perdendo entre 1,2 a 1,4 metros cúbicos de área, ou seja, se eu mantenho a caatinga em pé, eu evito uma perda de 60 metros cúbicos de água por hectare, que equivaleria 60 carros pipas de 10 metros cúbicos, e se eu multiplicasse por 50 reais? Eu teria uma economia aí de 3 mil reais, só mantendo a caatinga em pé, aí eu quero destacar outra coisa importante, como o solo fica exposto, né? É arrastado, ele leva o carbono, o nitrogênio, o fósforo e o potássio, se eu transformo isso em fertilizante, e boto em dinheiro, eu estaria economizando aí cerca de... ou evitando a perda de 9 mil reais por hectares, que ficaria no sistema e evitaria de contaminar outras áreas. Além disso, quando tem a caatinga em pé, eu perco menos água [inaudível] é de 74%, em síntese, penso que é necessário ao tomar uma decisão, implementar algumas políticas públicas, né? Tipo, crédito social de carbono, para que esse recurso, esse serviço ambiental se transforme em um benefício econômico pra todos, né? E no semiárido temos suficiente estrutura científica e popular para gerenciar esses programas são mais de 200 instituições aqui no Semiárido, científicas, de ensino e pesquisa, aptas para desenvolver esses programas, e também eu quero destacar que além desse universo acadêmico, temos mais de 3 mil organizações sociais atuantes e afinadas com a luta contra a desertificação, mudanças climáticas e perda de biodiversidade, são defensores, praticantes de atividades econômicas, na grande maioria, atualmente articuladas na ASA, ou articulação do semiárido brasileiro. A articulação entre esses movimentos aqui na região semiárida, e esse universo institucional é necessário, pertinente, fundamental para que podemos ter um semiárido a partir de um outro olhar, da convivência com o semiárido, porque convivência com o semiárido significa usar o recurso mas de maneira sustentável, e onde é que é conservar? Podemos conservar, mas não só isso, precisamos democratizar os bens comuns, no lugar de privatizá-los, como é o que está acontecendo, democratizar a biodiversidade, a água, o meio de produção e em cima disso sobre uma várzea de produção de alimento da agroecologia. Então, é dentro dessa perspectiva que eu trago esse elemento científicos e me coloco a disposição para qualquer outra pergunta ou debate que por ventura venha acontecer.

**A SRA PRESIDENTE JÔ OLIVEIRA:** No tempo, brigada Aldrin, por toda essa aula que você deu. Infelizmente, com pouco tempo, mas que sucinta pra gente aqui a reflexão e coloca



**ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE  
(Casa de Félix Araújo)**

Secretaria de Apoio Parlamentar  
Departamento de Taquigrafia

exatamente o porquê desse debate. Seguindo, gostaria de passar, antes de chamar a próxima pessoa, passar pra o colega Anderson, pra que ele faça também registro de presença.

**O SR SECRETÁRIO ANDERSON PILA:** Registrar a presença de Thiago França e Liliane Bucon, servidores do Ministério Público Federal.

**A SRA PRESIDENTE JÔ OLIVEIRA:** Seguindo aqui a nossa ordem, afirmo que a gente tá quase encerrando aqui a fala da mesa, pra gente abrir aqui pro Plenário, a gente tem muita gente para essa contribuição e também para as falas da galeria, então, a gente vai correr aqui pra dar tempo ouvir todo mundo, tá certo?

**O SR SECRETÁRIO ANDERSON PILA:** Vereadora Presidente, é importante também que a gente possa registrar a presença dos vereadores que estão aqui no Plenário, o Vereador Anderson Pila, esse aqui que vos fala, Vereadora Jô Oliveira, presidindo essa audiência, Vereadora Dona Fátima, ali presente, a Vereadora Eva Gouveia também estão presente nessa importante audiência pública.

**A SRA PRESIDENTE JÔ OLIVEIRA:** E eu só queria justificar, nós tínhamos mais vereadores que iam participar dessa audiência, mas aí por conta de um problema do processo eleitoral do conselho tutelar é importante que a gente coloque, agora no próximo domingo, é uma eleição nacional, pra escolha dos representantes do conselho tutelar nas nossas cidades, aqui em Campina houve um problema com uma cédula. Então, eles estão aqui bem agoniados pra saber porque passaram 42 dois informando a população uma metodologia de votação em cédula pra escrever os nomes, e foram informados ontem à noite, pela Secretária Municipal de Assistência Social, que a votação agora será por tablet. Então, estão preocupados como é que vão correr enquanto isso, então, vieram aqui dialogar com alguns vereadores, vereadoras da Casa, a gente tava lá embaixo, na sala da presidência com eles, têm alguns daqui que ainda acompanham essa sessão, estão, inclusive alguns deles se encaminhando também pra o Ministério Público. Então, só pra vocês verem que a gente tem que ir, né? Se movimentando em todas as frentes. Queria chamar agora, professora Ricélia Maria Marinho Sales, e ela vai falar um pouco sobre os grandes empreendimentos de energias renováveis, e as mudanças climáticas, junto com os objetivos de desenvolvimentos sociais.

**A SRA CONVIDADA RICÉLIA MARIA MARINHO SALES (MESTRA EM GEOGRAFIA PELA UFRN E DOUTORA EM RECURSOS NATURAIS PELA UFCG):** Oi, bom dia todas e todos, é uma satisfação tá aqui nesse ambiente, de privilégios e de privilegiados. Então, gostaria de saudar a mesa e todos os presentes em nome da companheira Cel, que tá ali fora, e de Rose que tá aqui dentro, mas eu gostaria de iniciar com a pergunta que com certeza não vai ter resposta, mas é assim que a ciência caminha, nossas N perguntas. E eu gostaria de saber, vocês aqui estão dispostos a



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**(Casa de Félix Araújo)**

Secretaria de Apoio Parlamentar  
Departamento de Taquigrafia

viver quantos anos mais? Vocês aqui estão dispostos a permitir que seus filhos e netos vivam mais quantos anos? Porque o momento é hoje e o desenvolvimento que chegou para romper toda nossa lógica de pertencimento, ele não nos cabe mais. Então, nós já estamos no ponto, a natureza vai ou nos banir desse planeta, coletivamente, e aí não vai ter privilegiados, não vai ter dinheiro que nos salve, ou então, nós vamos realmente parar para escutar o clamor da natureza, pra nos manter vivos, porque é só isso que ela está querendo de nós. Nesse momento, eu gostaria, tem umas apresentações aí, se puder ir passando a cada um minuto por favor, são dez, então, você pode me ajudando aí no controle do tempo. Mas eu gostaria de dizer que a agenda vinte e trinta, desde 2015 que ela está sendo falada, mas ela é muito incompreendida, ela é pouco praticada e é de pouquíssimo interesse dos privilegiados, desse sistema dominante. Então, por isso que ela não foi pra frente, agora que houve uma avaliação e que de 169 metas, apenas duas foram para a frente, que é a telefonia, a expansão da telefonia móvel e a internet, então, quer dizer que a agenda está comprovando que realmente só queremos ser privilegiados, porque essa internet é o meio de comunicação que nos conecta mas que também nos destrói, nos desconecta, nos coloca no mundo fora da nossa realidade, eu pergunto aos meus alunos: quantos de vocês estão sabendo que no Rio Grande do Sul, está tendo uma tempestade? Está tendo um ciclone? E as pessoas estão morrendo, pouquíssimos sabem que isso está acontecendo, esta é a nossa juventude. A gente pergunta o que é que a gente entende sobre mudanças climáticas, a gente não sabe, nós perguntamos e foi motivo de vergonha no momento político de debate, de confronto entre pessoas que queriam disputar um cargo, que muitos de vocês hoje ocupa aqui nessa Casa, o que era a agenda 21, e a pessoa disse que era uma agenda que tinha um número 21, aí a pessoa disse: “Então, agenda verde, é porque ela tem um número 21 e é da cor verde”, e na verdade, ela é o resultado de uma luta da população brasileira, que quando teve em 1992, a ECO 92, que foi no Rio de Janeiro, a população foi no primeiro evento internacional, que teve voz, a partir do fórum social constituído. E, lá estão muitas demandas dizendo para nós como resolver os problemas que estão aqui. Então, essa Casa ela precisa se abrir, coração e mente para escutar as pessoas que estão aqui, não tão escutando áudio lá fora, por favor, porque eu preciso muito que as pessoas escutem, não pela minha importância porque eu não me sinto importante, mas é porque eu acho que é importante a gente ser, né? Tá aqui no diálogo, pra também vir perguntas, então, quando a gente começa a perguntar, né? Que modelo centralizado de energia é essa que chega aqui no nosso território, que chega no nosso estado, que tem todo o apoio político, que os políticos abrem as portas pra esse modelo, que esse novo governo federal que nos trouxe tanto esperança está também apoiando essa expansão, o nosso semiárido gritando. Aldren fala sobre a contribuição importante, economicamente, inclusive porque a gente só vê cifras, como se a vida da gente se resumisse a dinheiro, e no fim a gente ainda não compreende que energia renovável é importante demais pra combater os danos das mudanças climáticas, mas ele, nesse modelo centralizado só vai nos levar pra morte, nesse quadro que está aí, é um material, que tá na Nexury, que é uma revista internacional, né? Que a gente é colonizado mesmo, até na nossa



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**(Casa de Félix Araújo)**

Secretaria de Apoio Parlamentar  
Departamento de Taquigrafia

mente a gente só gosta das coisas de fora, né? E ela mostra esses pontinhos que estão aí nesse mapa distribuído no mundo, é a poluição atmosférica, e agora num artigo científico de 2023, de 22 de setembro, mostra que a poluição que tá circulando no ar, ela tá matando muitas pessoas, e o principal motivo dela existir são os incêndios florestais, e aí vai cair inclusive na nossa decisão de retirar nossas vegetações, tacar fogo, pelas atividades econômicas, e olha quem morre, quem morre são as pessoas do país do sul. Então, são os nossos quem morre, independente de onde a riqueza vai parar, porque a riqueza não está ficando conosco, nós estamos ficando com nada, nós estamos ficando com equipamentos que depois nós vamos ter que resolver o que é que nós vamos fazer, e aqui nós temos representantes da lei, que nós temos que entender a Alemanha a primeira coisa que ela fez, foi ver uma legislação que estivesse protegendo o seu cidadão, aqui não, nós estamos vendo a legislação pra abrir o mercado pra economia, e simplesmente pra economia, e as pessoas, aquelas mesmas que já foram expulsas, já foram massacradas, já morreram, já fugiram pra nossas serras e morros, novamente agora são elas que vão ser massacradas e excluídas, mas a agenda 20 e 30 diz assim: “Não deixaremos ninguém para trás”, e nós estamos deixando, realmente aquelas pessoas mais necessitadas para trás, mas aí, é a gente para pra pensar, né? E o poder público não pode fazer nada? Pode, nós estamos agora, inclusive é até um relatório do TCE, que é muito importante que vocês leiam, porque depois vão ser cobrados, que diz claramente o que é que tem que ser feito, e tem que ser feito é vocês valorizarem a vida, é a academia entender que a gente não pode mais tá trabalhando pra esse modelo, mas também entender que trabalhar pra o outro modelo, também dá dinheiro, também dá qualidade de vida, dá dignidade às pessoas, diversifica a produção, dá direitos, vão falar sobre a questão fundiária no nosso país? Vamos deixar de ser egoístas, vamos pensar quantos assentamentos rurais tem 875 hectares disponíveis para plantar o alimento que a gente come, porque esse é o montante que está sendo desmatado agora, nesse momento que eu estou falando, lá no município de Santa Luzia, que eu passei por lá, porque eu vim de Pombal, eu sou da UFCG campus Pombal, e é a Rialto, que está fazendo isso. Então, é ela também que está tendo subsídio do BNDES, mas é ela que vai levar o lucro lá pra Dinamarca, lá pra Espanha, lá pra China, enquanto a gente é entregando inclusive até os nossos minerais, veja aí, aquele poço ali que tá ali, é Lítio, a gente tá ali também com um tanque chamado hidrogênio verde, hidrogênio verde só produz quando a gente tem a soma da eólica e da solar, é o jeito mais barato, e eles estão interessado em exportar, não é em trazer esse hidrogênio verde pra gente não, o Lítio é muito tido pelos indígenas como elemento sagrado, o olho de Deus pra nossa proteção, olha os tanques que estão sendo feito, para que esse Lítio seja retirado e vire bateria, bateria do nosso celular, bateria do nosso tablet, bateria dos carros, porque uma das apostas é exatamente começar pelos protótipos, e apra sustentar... sustentar os discursos das cidades sustentáveis, nós temos que ter veículos com baterias de Lítio, então, vai ser primeiro no transporte que a gente vai colocar os primeiros experimentos de oxigênio verde, com os minérios que são nosso, que sai do nosso país por um preço que eu não vou ter adjetivo agora no momento e depois a gente



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**(Casa de Félix Araújo)**

Secretaria de Apoio Parlamentar  
Departamento de Taquigrafia

vai comprar uma tecnologia como se a gente não tivesse uma tecnologia, como se a gente não tivesse o sistema pra trabalhar a tecnologia e pra empoderar as pessoas pra trazer o jovem pra comprar qualificar, pra trazer as mulheres, o trabalho que se oferece hoje, é trabalho de péssima qualidade, a gente não sabe nem como é que tá a segurança social dessas pessoas, e elas são contratadas pra arrancar toco, porque o nosso solo é muito pedregoso, e se colocarem as máquinas deles, eles vão ter prejuízo. Então, de fato eu vim aqui nessa oportunidade, muito pra dizer a vocês que a ciência, ela tem toda a obrigação de dizer que nós temos modelos que funciona e que aqui na Paraíba nós temos diferentes protótipos, aqui eu trouxe, por exemplo, uma placa solar que é importante pra irrigação, eu trouxe outra que funciona sem precisar desmatar nada, eu trouxe um modelo de placa solar que você coloca como uma árvore no meio de uma cidade, tem outra que ela vai girar, aerogeradores como se fosse uma árvore com tecnologia da universidade do Paraná, nós temos aqui em Campina Grande, a área de engenharia de materiais, nós temos toda uma rede que Aldren também falou pra gente e o que é que nos falta? Muito obrigada.

**A SRA PRESIDENTE JÔ OLIVEIRA:** Brigada, Ricélia, quero agradecer pelas suas falas. Registrar também aqui, né? Que nós tivemos, pra quem chegou mais cedo, tivemos... eu acho que ainda tem, né Adriana? A quitanda da Borborema que tá ali junto com a Copa Borborema, trazendo produtos da agroecologia, né? Produzidos aqui nos quintais e nas áreas de muitas das pessoas que acompanham essa audiência pública, nós temos também o CEOP, que faz parte desse momento junto com a gente, e convidar pra quem ainda não viu, a nossa exposição, que tá ali na galeria, na entrada da nossa Câmara "Para quem sopram os ventos", que é promovido pela CAPTAs, brasileiras, então, também uma exposição fotográfica, sobre essa questão das energias renováveis, mas em especial a energia eólica e o impacto que ela tem trazido nessas regiões. Gostaria de passar agora a fala para Claudionor Vital Pereira, e ele vai falar um pouco sobre as violações e os impactos da saúde das pessoas nesse contexto das energias renováveis.

**O SR CONVIDADO CLAUDIONOR VITAL PEREIRA (ADVOGADO E ASSESSOR JURÍDICO E SÓCIO COLABORADOR DO CENTRAC):** Bom dia a todas, a todos e a todes. O objeto dessa conferência tá muito claro pra discutir os impactos dos projetos de energias renováveis, na produção da agricultura camponesa de base agroecológica, no território da Borborema. Mas é preciso registrar, que não é só o território da Borborema que está sendo duramente impactado por esse modelo de energias renováveis, e quero fazer esse destaque pra que a gente entenda o volume dos investimentos do capital estrangeiro na produção de energia elétrica, a partir das fontes eólica e solar, não só no território da Paraíba, mas também em todo o nosso semiárido. Mas, destacando aqui na Paraíba, o que é que têm de projetos para o território da Borborema, nós temos já num processo avançado de licenciamento, já em vias de iniciar um processo de construção, do complexo eólico Serra da Borborema, um complexo eólico que inicialmente está composto de 4 parques eólicos com uma potência total de 123,9 Megawatts, não interessa aqui



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**(Casa de Félix Araújo)**

Secretaria de Apoio Parlamentar  
Departamento de Taquigrafia

pra gente, os engenheiros, vão entender o que é que isso significa em termos de produção de energia, mas nós temos também nos territórios do Seridó, do Seridó Oriental e do Curimataú, outros grandes projetos de energias eólicas e solares em vias de licenciamento, alguns já no estágio avançado de licenciamento recentemente o conselho estadual de proteção de meio ambiente, aprovou o licenciamento, a licença de instalação do complexo eólico Serra da Palmeira, que está previsto pra ser instalado no território que envolve Seridó e Curimataú, que vai de São Vicente do Seridó, município da nossa amiga Cleide, até Picuí, envolve cinco municípios São Vicente, Pedra Lavrada, Nova Palmeira, Picuí e Baraúnas, um complexo eólico, esse constituído de 23 parques eólicos com 108 geradores, aerogeradores espalhados nesses municípios e com uma capacidade de produção de energia, uma potência total de 678 Megawatts. Mas além dele, há outros 4 grandes projetos, sendo licenciados daquele mesmo território, o complexo eólico Serra do Alagamar, que já recebeu licença prévia da SUDEMA, que será instalado nos municípios de Picuí, Nova Palmeira e Pedra Lavrada. O complexo eólico Pedra Lavrada, esse um gigante que será se for construído, espero que não seja, ele será de longe o maior complexo eólico instalado no nosso país. Ele envolve vários municípios dos estado da Paraíba e do Rio Grande do Norte, com o total de 372 aerogeradores e uma potência total de 1,5 Gigawatts, ou seja, 1.500 Megawatts. Então, coloquei esses dados, né? Somando ao que está previsto pra o território da Borborema, pra termos uma noção e uma dimensão, de como esse modelo de produção de energias ditas renováveis e limpas no nosso estado, vai causar grandes impactos na vida das pessoas, na produção de alimentos, na vida das outras vidas que não humanas, a vegetação, os animais, que estarão diretamente impactados com a instalação desses empreendimentos, então, chamei atenção disso, porque esse modelo, né? Que já foi aqui denunciado em todas as falas que foram colocadas, né? Sobretudo na fala de Rose, de Ricélia, é um modelo que requer grandes extensões de terras para poder produzir a energia que pretendem produzir. Então, isso significa que é um modelo que se baseia, num processo de apropriação ou de expropriação das terras e dos territórios, quando esses empreendimentos são instalados eles causam um processo de mudança, de reversão do uso da terra, as terras agrícolas, as terras que conservam a biodiversidade, que conservam a caatinga, elas serão transformadas, esses territórios serão transformados em territórios de produção de energia, é isso que está acontecendo, é isso que está se dando em outros territórios onde já foram instalados, e o que está previsto pra ser instalado no nosso estado da Paraíba e em muitos lugares esse processo já está numa fase de operação que eu deixei de citar aqui os territórios do médio sertão. Os territórios do sertão que por serem territórios de grande insolação que predomina naqueles territórios é a produção de energia fotovoltaica, de fonte solar, fotovoltaica, né? Só pra citar só mais um dado, recentemente foi aprovada a instalação de uma grande usina solar, no município de próximo a... Entre Santa Luzia e Patos, a terra da nossa querida Madalena, uma usina solar que vai ocupar 2 mil hectares de placas solares, de São Mamede, exatamente, brigada, Jô, de São Mamede. Então, o que é que nós estamos querendo dizer com isso? É um processo que está tirando a posse das famílias das terras, é um



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**(Casa de Félix Araújo)**

Secretaria de Apoio Parlamentar  
Departamento de Taquigrafia

processo que está transferindo o controle e o acesso dos nossos territórios para as grandes empresas, e com muita clareza para o capital internacional, que está investindo com apoio dos órgãos de financiamento, está investindo pesado na produção de energia, mas eu queria, né? E isso, né? Pra traduzir na violação de direitos, esse é um processo que viola um direito que é básico, que é fundamental, que é essencial para a vida das populações camponesas, que é o direito à terra. O direito à terra está sendo violado, está sendo vilipendiado por esse processo, e por que que a gente diz isso? Porque como é que se tem dado esse processo de ocupação dos territórios pelas empresas? Através dos contratos de arrendamento, são contratos agressivos, são contratos leoninos, são contratos baseados em cláusulas totalmente assimétricas, desiguais que só colocam vantagens para as empresas. E aí, tem um outro aspecto que é importante que se diga, que quando as empresas contratam com as famílias, elas contratam 100% das suas propriedades rurais, elas não delimitam a área da propriedade rural que vão utilizar e isso traz um outro impacto direto num direito que também é fundamental das famílias camponesas, o direito ao acesso, aos benefícios previdenciários e as políticas públicas de apoio à agricultura familiar. Então, quando se contrata, se arrenda para uma empresa 100% da propriedade, imediatamente isso já conflita com a legislação previdenciária, que diz que o segurado especial, o agricultor, a agricultora são considerados como segurados especial, eles podem arrendar até 50% da sua propriedade, sem perder a condição de segurado especial, na hora em que esses contratos comprometem 100% da propriedade rural, essas famílias, automaticamente vão perder o direito a condição de segurado especial, e portanto vão perder o direito de acesso às políticas públicas, sobretudo aos benefícios previdenciários conquistados historicamente pelas populações camponesas, e junto com isso, né? Vem a questão da expropriação da renda da terra, né? E aqui o Aldren colocou dados que são fundamentais que a gente precisa entender porque que essas propriedades rurais, essas terras estão colocadas, estão situadas, localizadas em territórios que são ricos em produção de energia, são territórios cujos recursos eólicos e solares têm um grande potencial para serem transformados em energia elétrica, as empresas quando chegam nesses territórios, nos contratos de arrendamentos, elas não colocam, poderia muito bem colocar nos considerandos desses contratos, essa questão, né? Que ali naquela terra, ela tinha uma renda diferencial, enquanto não prever isso nos contratos, o que ocorre é um processo de expropriação da renda da terra pelas empresas, tal como ocorre nas relações de trabalho, em que o patrão capitalista, não é? Eles se expropriam parte da força de trabalho dos trabalhadores na forma de lucro, não é? Que o que se dá, que os economistas, né? Sobretudo economistas de visão marxista, entendem como processo... Só pra concluir, esse processo de marxista está se dando nas relações entre as empresas e as famílias camponesas quando se dá a assinatura desses contratos de arrendamento. Então, com isso a gente conclui a fala colocando que esse modelo de expansão das energias renováveis, ele é agressivo, ele é desigual, ele é injusto e precisa ser repensado, precisa ser discutido, os governos que têm apoiado precisam rever suas pautas e precisam ouvir as comunidades camponesas sobre como



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**(Casa de Félix Araújo)**

Secretaria de Apoio Parlamentar  
Departamento de Taquigrafia

produzir energia de fonte renovável, que seja também justa, que seja igualitária e que traga benefícios para as comunidades rurais camponesas. Obrigado.

**A SRA PRESIDENTE JÔ OLIVEIRA:** Obrigada, Claudionor, por toda a lucidez da sua fala, sempre fico muito impactada, não é? Quando a gente tem a possibilidade de ouvi-lo e principalmente nessa sequência que foi sugerida pelas organizações da exata medida das responsabilidades que nós temos, né? E aí, pra encerrar esse momento de mesa, eu gostaria de passar agora, pra José Godoy, nosso representante do Ministério Público Federal, Procurador da República, que também tem uma série de recomendações enquanto órgão, mas a gente sabe também enquanto lutador, enquanto uma pessoa que se posicionou ao lado daqueles e daquelas que lutam diariamente. Pode ocupar o espaço, querido.

**O SR CONVIDADO JOSÉ GODOY BEZERRA SOUZA (PROCURADOR REGIONAL DO CIDADÃO E VICE COORDENADOR DO COMITÊ DE PREVENÇÃO AO COMBATE À TORTURA DA PARAÍBA):** Bom dia a todos, a todas, a todes. Queria iniciar a minha fala parabenizando a Câmara dos vereadores de Campina Grande, a Vereadora Jô, ao Vereador Anderson, pelo evento, pela preocupação verdadeira e sincera com esse debate. Essa é a segunda vez que participo aqui nesta Casa, a outra, Vereador Anderson, foi de sua autoria, acho que a proposta, e eu participei de forma remota, estávamos no auge da pandemia, no momento mais crítico, mas já demonstra essa preocupação e esse amadurecimento do debate que vem sendo feito na região da Borborema, e a Câmara dos Vereadores, Vossas Excelências propondo esse debate tão relevante, e eu fico feliz de ver a casa do povo, fazendo o debate da política pública como está sendo feito, como tem sido feito em João Pessoa, na Assembleia Legislativa, através da Deputada Estadual Cida Ramos, que está aqui presente. Parabéns parlamentares que cumprem esse papel de forma tão importante para o debate público e para a formação de política pública, é preciso discutir essas energias como também uma questão de política pública, que tem sido pouco debatido. O debate e o processo de regramento vem sendo entregue a empresas privadas. Então, está sendo privatizados bens públicos, riquezas da nação. Eu diria que, há algumas décadas atrás, as energias hidrelétricas poderiam ser chamadas de energias limpas, já que elas são renováveis, teoricamente não produzem... Não poluem o meio ambiente, como o petróleo, porém, a forma de instalação violenta ao meio ambiente e as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e da agricultura familiar desse país, ninguém hoje em dia tem consciência, tem coragem de dizer que a energia hidroelétrica, Belo Monte, ou outras como foram instaladas, Doutor Anderson, sejam consideradas mais uma energia limpa. A energia eólica, energia solar da forma que está sendo instalada no interior do Nordeste, também não pode ser considerada mais energia limpa, a forma violenta, assediada e predatória, como os agricultores e agricultoras vêm sendo abordados neste estado e no nordeste como um todo, retira dela um selo de energia limpa, infelizmente... Infelizmente, certo? Uma questão que nós vemos e faz lei aqui na outra audiência, Doutor Anderson, que é



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**(Casa de Félix Araújo)**

Secretaria de Apoio Parlamentar  
Departamento de Taquigrafia

exatamente a questão que envolve vários fatores históricos se repetem o tempo todo, a reconcentração de terras, algo que aconteceu na história brasileira, continuamente, a lei das terras de 1850 é uma Lei que extremamente que provoca a concentração de terras, Deputado, e nós vamos ter durante o processo da ditadura, várias políticas públicas, como o PROÁLCOOL, concentrando terra, além do uso da violência estatal, que é algo que estou apurando, inclusive que vai ser objeto de ação civil pública recentemente, onde o poder estatal se juntou ao poder público e político de vários estados, para reprimir a luta dos trabalhadores por terra, como foi o caso da Várzea na Paraíba, como foi no caso das repressões às ligas camponesas da Paraíba e de Pernambuco e de tantos outros casos, onde o poder público atuou diretamente na concentração de terras, e acontece mais uma vez nesse momento, a concentração de terra sendo estimulada e trabalhada pelo poder público nesse país, o que é lamentável, não era esse o papel, era papel exatamente oposto, haver distribuição de terra e haver reforma agrária. E o que é que nós vemos? Assentamentos de Reforma Agrária, que era uma política pública para levar terra para a agricultura familiar produzir, o próprio Governo que deu com a mão, agora tira com a outra, fazendo com que... Inclusive, o INCRA, em 2021, editou a portaria 111 facilitando com que assentamentos da Reforma Agrária fosse ser objeto dessa política pública; o que é de todo lamentável. Há também um processo que se repete, que é o processo da colonização, onde uma parte, ou um país, uma parte do mundo ou uma parte do próprio país, no caso a Região Nordeste, a Região Norte, também, é objeto disso, produz riqueza, e essa riqueza é enviada, sem que deixe valores. Ela é enviada para outra parte, para o sul, para o agro, essa energia, e deixa aqui apenas passivos ambientais, com valores irrisórios, como bem destacou, é... Claudionor, na... na... quando estivemos, é... no... no evento, em Patos, onde algumas famílias têm absurdo de ter a suas terras arrendadas por R\$ 1,00; R\$ 12,00 por ano, essa situação que nós enfrentamos. Então, lembra um pouco a toda a questão colonial, onde a riqueza produzida é enviada para quase que uma Metrópole política, onde uma parte do país tem o poder, tem uma classe dirigente, uma classe dominante que impõe sobre a outra, está impondo sobre o Nordeste, levando nossas riquezas sem deixar recursos aqui. Tudo isso autorizado por outra questão que o... o... o Niall Ferguson fala, no seu livro, sobre a produção de riqueza, que é a chamada, o que ele chama, que eu não concordo muito com o termo, a elite extrativista, onde a nossa elite dominante, dirigente, elite dominante leia-se - elite econômica, elite dirigente leia - elite política, permite essa situação, inclusive, no caso do Nordeste, com isenções, gordas isenções tributárias para essas empresas, que em muitos casos, estão sendo, é... recebendo isenções de tributos municipais e do estado. O que é de todo lamentável essa prática que se repete, infelizmente, na nossa realidade, produzindo, de novo, o êxodo rural. E nós vamos ter situações de municípios, como Picuí, que talvez, cidade pequena tenha que receber, sei lá, 500 famílias, uma situação, que a gente sabe que, estruturalmente, não estaria pronta, se for implementada esse gigante parque, naquela região, como bem noticiou, é... o Claudionor. Temos presente nessa situação, é... essa prática predatória, assediada, que vem sendo permitida pelo Governo, lamentavelmente, os contratos extremamente assimétricos, Dr.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**(Casa de Félix Araújo)**

Secretaria de Apoio Parlamentar  
Departamento de Taquigrafia

Anderson Danilo, são 2 Anderson aqui, né? Tô... Tá os 2, agora vou distinguir... é onde uma parte tem as informações, imponha outra contratos de... chamados contratos de adesão, contratos abusivos, onde, por exemplo, a empresa pode dizer que em algum momento não está economicamente interessante e desistir do empreendimento, sem nenhuma multa, mas, o trabalhador, o agricultor não tem esse direito. É imposto a ele contratos de 45, 9... e renováveis por +45, ou seja, como bem destacou o Claudionor, uma verdadeira expropriação de terra. E é uma expropriação que se repete na nossa região, desde a colonização nós sabemos que os portugueses expulsaram os nossos indígenas, colocando eles nos chamados aldeamento, sem serem controlados pela igreja. Depois, quiseram mais terras e tomaram esses aldeamentos, e essa população, junto com a população negra, foi ocupar as terras que ninguém queria, que é as terras altas, as serras. E agora essas terras ficam interessantes e eles vão, novamente, fazer uma terceira desterritorialização, um processo de violência que se repete, infelizmente, no Nordeste brasileiro. Contratos assimétricos, com retribuições de 1%, se alguém está com 1% do que aquilo gera, alguém ficou com 99%, a conta é simples, onde só uma parte têm acesso. A transparência do processo, as famílias não têm acesso ao contador para saber quanto gerou, tem que confiar no que a empresa diz que aquilo gerou, o ... a conta que existe, infelizmente. É... Tem situação dos contratos em que a empresa sequer é obrigada a retirar todo o material que ela inseriu dentro dos territórios, certo? É retirada das terras, pagamento abaixo, passivos ambientais, prioridade no acesso às águas, além de danos que tem causados, como rachadura de casa e de cisternas, sem que haja a devida reparação, certo? Além bem, como bem, destacou aqui o... acho que o Elói, né? O assédio... Elói? Perdão! (...) o assédio e as ameaças em cima das comunidades. Contrato sigilosos, onde a comunidade não pode se juntar e ter acesso a advogados para discutir a melhor forma de fazê-lo, sempre gerando divisões na comunidade, dizendo que fulano negociou e que se você não negociar rápido, você vai perder a oportunidade, um processo lamentável. Também, diante desse processo, o que eu percebo são as omissões estatais, elas chamam atenção. Por exemplo, a SUDEMA da Paraíba não exige a RIMA antes de conceder a licença prévia. Um mero RAIS, a empresa já tem uma licença prévia para trabalhar. Isenções tributárias... Tem que concluir agora, né? Eu ia falar mais um pouquinho. Isenções tributária, falta de apoio do poder público para que esses agricultores possam negociar em condições de igualdade e de informação, os contratos, o que é de todo lamentável, falta de um padrão mínimo desses contratos. A ANEEL que disciplina a política pública pensou num monte de coisa, menos nesse processo de negociação, que é um erro doente do órgão regulador nacional, um erro grave, certo? Falta de um zoneamento do Estado. E aqui, a... ver aqui a Secretaria de Estado é... de meio ambiente, é importante é disciplinar isso. Hoje, quem decide o que é de melhor interesse das produções econômicas de nosso Estado são empresas, que nunca vieram na Paraíba, que decide isso em leilões, na bolsa de valores. O Estado da Paraíba nunca disse, nunca criou um zoneamento que dissesse: essa área me interessa, essa não... essa área eu não vou ceder para energia eólica, por exemplo, a energia solar, porque ela produz alimentos e isso é importante. Isso é uma omissão absurda que



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**(Casa de Félix Araújo)**

Secretaria de Apoio Parlamentar  
Departamento de Taquigrafia

acontece, o Estado da Paraíba não dizer o que quer do seu território, o poder público não se postar como um ente que quer ter autonomia de seu território e entregar essa autonomia a empresas que nunca vieram aqui, ao interesse econômico, ao interesse do capital. Isso é o absurdo da capitulação, da capturação do poder priva... do poder público pelo poder privado, a capitulação do interesse público pelo interesse privado. Essa talvez seja a ausê... a ausência e a é... omissão mais graves que nós registramos aqui na Paraíba, é o Estado não pensar o que quer fazer com o seu território, e entregar para que outrem, de lá de fora, decida o que é aqui, o que vai ser em cada área da região. Isso é uma questão que chama muita atenção, é ausência de estudos ambientais e de saúde pública. Não existe um estudo mínimo para dizer qual a distância ideal de um torre eólica para uma casa, de uma torre de transmissão para um agrupamento humano, certo? Eu vou deixar Dr. Edson e Dr. Anderson, vão poder falar um pouco das recomendações que nós fizemos. É... dizer que essas recomendações do Ministério público Federal com o Ministério público do Estado, as Defensorias da União e do Estado da Paraíba foram feitas, para mim, de uma forma diferente e que, me orgulha muito ter participado dela, Dr. Edson, que as recomendações estão na lei, como um instrumento de poder do Ministério público, da Defensoria pública. E nós tivemos o... assim, a felicidade de partilhar a formatação desses documentos com as entidades civis, AS-PTA, Polo da Borborema, CENTRAQ, MST, CPT, que discutiram conosco os itens, e isso para mim é motivo de grande orgulho. Temos que discutir também, que essa energia, essa riqueza, tem que ser aproveitada para produzir o bem viver a nossa população. Não somos contra a produção de energia, somos contra a exploração, e o assédio, e a forma como vem ocorrendo. Essa energia tem que gerar o bem viver. Se temos, como bem disse Claudionor, o potencial energético, por que que não existe autonomia energética dessa população? Entregue ao homem do campo energia. Nós sabemos que a maioria dos... da zona rural aqui da Paraíba, recebe energia monofásica ilegal, que não se pode botar uma farrageira, não se pode botar um motor de 10 ou um motor de 15. E no final do mês a conta da Energisa é um absurdo, toda a possi... possibilidade de lucro do agricultor vai embora na conta de energia, e nós temos hoje, sabemos que temos uma riqueza. Se dar, é, autonomia energética a essa população, você não tem noção do que elas são capazes de produzir, gerar empregos e riqueza, e o restante vende, claro. O excedente se vender, por que não se parte dessa métrica? E se parte de uma métrica totalmente externa, que dita os rumos dessa... desse potencial que foi dito, é... descoberto na nossa região. Isso vem acontecendo constantemente. Quando você... se descobriu o potencial turístico do nosso litoral, o que aconteceu foi a instalação de *resorts*. A população tradicional de pescador perdeu o acesso ao mar e virou camareiro, vigilante, e empregos que pagam mal, enquanto toda a lucratividade foi... foi retirada. Então, temos que olhar pra frente... Vou concluir agora (...) minhas... as propostas que eu faço aqui, neste momento, é, o Governo Federal, através do Ministro da Presidência da República, criou uma mesa de diálogo, é importante estarmos atento e compormos essa mesa, porque é um instrumento, inclusive, para pressionarmos o ministérios da... das energias e ANNEL, para que tenhamos uma... um... com esse potencial



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**(Casa de Félix Araújo)**

Secretaria de Apoio Parlamentar  
Departamento de Taquigrafia

energético, que não somos contra ele, mas, que ele venha para produzir um estado de bem viver. É preciso, discuta... precisamos discutir, com urgência, a anulação de todos esses contratos abusivos e ilegais e formar-se contratos justos. É preciso que a ANEEL, com urgência, estabeleça parâmetros mínimos desses contratos para que as comunidades não fique totalmente largadas à própria sorte. É preciso ter apoio técnico na negociação dos contratos, e que essas negociações sejam coletivas, não mais as negociações individuais assediosas e com ameaças que as comunidades estão sofrendo. Precisamos proteger as comunidades quilombolas. Precisamos investir, e quem tem que colocar essa esses recursos são os empreendedores, com urgência, para que o INSA, a Universidade Federal, o Instituto Federal possam produzir estudos de segurança, para sabermos qual a distância ideal para das casas e dos povoados. Que impacto tem nas abelhas, nas aves, nas árvores e na fauna e flora em geral. E precisamos, acima de tudo, discutir algo que o MST já proponha a tempo, que é uma po... que é essa política, que é uma política que eu chamaria, é uma política emancipatória, onde... onde as próprias comunidades possam gerar essa energia, ter autonomia energética e vender o excedente. São essas as questões e contribuições que trago. Agradeço, imensamente, e parabênizo pelo evento. E peço desculpa por ter excedido, aqui, o meu tempo e tanto quanto. Muito obrigado. (Aplausos)

**A SRA PRESIDENTE JÔ OLIVEIRA:** Geralmente é assim, né? A gente vai falando, a gente está pedindo desculpa e continuando, pedindo desculpa e continuando. E eu conheço essa tática Godoi. (Risos) É, nós temos aqui já 06 pessoas inscritas. Eu não tô ouvindo o que vem... Ah! Luta. Perfeito. Temos a participação direta aqui da galeria. Então, na nossa audiência pública. Nós temos, já, 06 pessoas inscritas aqui. Vou ler, inclusive, pra que a gente só veja, rapidinho, a ordem. Renato Gadelha, Secretário de Agricultura aqui de Campina Grande; Edson Júlio de Andrade Filho, da Defensoria Pública da União; Cida Ramos, Deputada Estadual; Lindemberg Figueiredo, que é técnico da Secretaria de Agricultura; Cícero Legal, do MDA; Anderson Lima, perdão, são 7 pessoas, eu pulei aqui. Dilei Shiochet, perdão, viu Dilei? Você era a sexta, mas, agora ficou a sétima. E aí, se mais alguém quiser fazer fala, a gente, certamente, vai fazendo aqui esse processo de revezamento com quem tá aqui e com... com quem também está na galeria, tá certo? Então, vou começar aqui chamando já, então, o Secretário de Agricultura de Campina Grande, Renato Gadelha, para que ele possa aqui, também, usar a nossa Tribuna. Pra essas pessoas aqui a gente pode dar até 05 minutos. É, é... ele está botando ali 03, mas, a gente vai... não. A gente não vai cercar a Secretário, não se preocupe, mas a gente vai... Ah! Eu também. Mas, aí eu já estou olhando nas coisa. (Falas fora do microfone).

**A SRA PRESIDENTE JÔ OLIVEIRA:** Você vai, então, sugerir os seus 10, seus 05 você passa... (Falas fora do microfone).



**ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE  
(Casa de Félix Araújo)**

Secretaria de Apoio Parlamentar  
Departamento de Taquigrafia

**O SR RENATO BENEVIDES GADELHA (SECRETÁRIO DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE):** Eu posso dar meus 05 pra ele e ele falar 10?

**A SRA PRESIDENTE JÔ OLIVEIRA:** Pode ser. Combinado, não tem problema. Enquanto Renato se dirige a gente tem aqui um registro.

**O SR SECRETÁRIO ANDERSON PILA:** Justificativa de ausência do Vereador... justificativa de ausência do Senhor Vereador Janduy Leite Ferreira, que tinha agenda, previamente, já, é... compromissos, previamente, agendados. E então, deixou o pedido de justificativa.

**O SR RENATO BENEVIDES GADELHA (SECRETÁRIO DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE):** Bom dia, senhores e senhoras. Saudar a Mesa da pessoa da Vereadora Jô e do Vereador Anderson Pila e parabenizar por essa iniciativa. Eu quero dizer que a busca pela energia gerou muitos pecados e muitas guerras, porque quem dominou a energia sempre dominou o mundo. Foi assim desde o descobrimento dos, é... dos tempos, das Caravelas que o vento trazia. As pessoas dominantes da Península Ibérica da Espanha e de Portugal para conquistar o mundo. Depois veio o maior pecado, o pecado da escravidão, porque quem tinha mais escravos, tinha mais energia, porque a energia era o braço humano. Mas, uma coisa terrível que terminou na maior guerra em solo americano, a guerra da secessão. Porque era todo mundo procurando ter mais escravo para produzir mais. Depois veio a revolução com a energia elétrica, criada por Thomas Alva Edison. Enfim, chegou a era da combustão, e aí a Inglaterra passou a dominar os mares, com os navios, é... mercadantes e de comércio por todo o mundo. Depois, chegou a energia atômica, o maior pecado do Governo Americano. É, e aí o americano passou a ser um xerife do mundo, porque implementava o risco as outras populações. E agora, depois... o Brasil começou com a energia hidrelétrica, uma energia limpa, mas que é impossível, hoje, da gente realizar essas obras. Primeiro, porque a legislação não permite você desmatar tanto, invadir terras indígenas, terras quilombolas pra fazer energia. Além do mais, a extensão de rede enorme, que encarece demais esse modelo. Agora, chegou a vez nossa, do Nordeste, e com a Energia Eólica e Solar. Porque nós temos sol e vento, é a energia mais limpa que existe. Eu mudarei de ideia se aparecer uma outra... outro tipo de energia mais limpa e mais produtiva do que a energia gerada pelo vento e pelo sol. Por isso a gente tem que ver isso com muito carinho, muito zelo. Eu não tô falando aqui da legislação, isso aí com os advogados, promotores, pra decidir como fazer essas seções de uso, porque são seções que são pagas. Hoje eu digo... pergunto aí a qualquer agricultor, quem é que ganha R\$ 4.000,00 na produção agrícola, mensalmente? Certo? Não. Eu sei, eu vim aqui, eu vim aqui para ser vaiado, porque aqui já vem instalada as decisões, certo? É tanto que não há paridade entre os que são a favor e os que são contra. Aqui 90% é contra, eu vim sabendo disso, certo? Nem pra Mesa fui chamado. Certo? Mas, eu tô aqui para discutir uma coisa essencial para o Brasil. O mundo todo precisa de energia, o mundo cresce e precisa cada vez mais de energia. E essa



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**(Casa de Félix Araújo)**

Secretaria de Apoio Parlamentar  
Departamento de Taquigrafia

energia é limpa, certo? É paga ao produtor, que cede o seu espaço. Aqui na Paraíba as eólicas, até agora, o que eu conheço, são todas instaladas em áreas inóspitas, que não se produz absolutamente nada na Serra de Santa Luzia e no Junco. Aqui teve proprietários e na... na... na divisão familiar ficaram com as terras baixas porque eram produtivas e deram as pessoas que estavam em São Paulo, é... as terras altas. Aí, agora tão querendo modificar, porque as terras baixas não produzem o que eles recebem pela produção energética nas serras, que quase não tem fauna, quase não tem fauna, certo? É... eu quero discutir isso, porque o mundo precisa de energia, energia limpa, todo mundo brigando por isso. A China, a China é o maior produtor de energia eólica do mundo e solar, certo? E é um país tido como comunista, comunismo de... de... de estado. Onde o governo botou pra fora os que não produziam e botou para produzir. A China vivia na época... na época de Mao Tsé-Tung com um... um livrinho vermelho e passando necessidade, passando fome, até que chegou Deng Xiaoping e disse: “eu não quero saber qual é a cor do gato, eu quero saber se ele pega rato”. A partir daí, aumentando da produção agrícola, industrial e dividindo com as pessoas que trabalhavam, a China, hoje, é essa... esse exemplo pra o mundo todo de crescimento. É... A Alemanha hoje detém 26% da sua energia do sol e dos ventos, já tá se tornando independente da energia que dominava naquela época, certo? Dominava através da energia nuclear e energia por carvão, que é a que mais polui, a que mais polui no mundo. Ninguém reclama do petróleo, o petróleo, é... escraviza o mundo, porque hoje a Europa, os Estados Unidos, está sendo dominado pelo dinheiro dos Árabes, oriundos do petróleo. E o que é que o petróleo traz de benefício? Traz a sua energia, o resto é só poluição, é morte, certo? E os Árabes, o que é que estão fazendo hoje? Grandes usinas, é... Solares, e deixando a reserva para vender para o mundo, certo? Então, a gente precisa rever essas posições que são, é... é... de... vão... é... Vamos dizer, assim, orientado por alguns segmentos que acha que nós vamos prejudicar a agricultura. Eu gostaria de ter mais um pouquinho de tempo.

**A SRA PRESIDENTE JÔ OLIVEIRA:** Só mais 01 minuto pra concluir.

**O SR RENATO BENEVIDES GADELHA (SECRETÁRIO DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE):** Hein? Não. Não é possível, Jô. Eu vi gente, aqui, falar 17 minutos.

**A SRA PRESIDENTE JÔ OLIVEIRA:** Você falou 8.

**O SR RENATO BENEVIDES GADELHA (SECRETÁRIO DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE):** 17 minutos.

**A SRA PRESIDENTE JÔ OLIVEIRA:** Você já falou 08.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**(Casa de Félix Araújo)**

Secretaria de Apoio Parlamentar  
Departamento de Taquigrafia

**O SR RENATO BENEVIDES GADELHA (SECRETÁRIO DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE):** Tá certo. Eu vou deixar o meu... o meu assessor vai complementar. Agora, acho uma injustiça, você fazer uma sessão e alguém fala 17 minutos e outro só tem direito a 05.

**A SRA PRESIDENTE JÔ OLIVEIRA:** Eu só queria... queria um pouquinho de atenção da... da galeria, agora, porque eu vou falar uma coisa que é muito séria. Particularmente, eu prezo muito pela relação, né? De respeito e toda essa construção que a gente faz. Quem me conhece sabe as sessões que a gente faz aqui, é o que a gente preza muito por isso. Eu, pessoalmente, liguei para o Secretário Re... é... Renato Gadelha, como liguei, pessoalmente, para a Secretária Rafaela Camaraense e para algumas pessoas aqui, porque eu entendo a importância que é de termos esses entes, nessa audiência, para ouvir o que essa Mesa veio colocar. Porque, inclusive, quando ela foi pensada, quando ela foi elaborada, se vocês perceberem aqui, a única autoridade, entre aspas, presente é Godoi, enquanto representante da República, aqui, diretamente. Porque foi o entendimento das organizações que construíram esse debate, que as autoridades que viessem a esse lugar pudessem ouvir o que tá sendo colocada aqui, por quem está no dia a dia, que sofre os impactos da energia dita renovável, quem tá lá na ponta, que passa pela forma como os contratos estão sendo construídos, de forma criminosa nas regiões. Então, a gente colocou aqui hoje as autoridades no lugar de ouvintes, porque muitas vezes a gente vem para audiências públicas, eu digo isso porque, infelizmente, a gente também acaba reproduzindo esse modelo de audiência pública, que secretário, vereador ou qualquer outra representação aqui, vem fala 10, 15 minutos. Então assim, não é que seja paritário o tempo, a gente optou por essa ferramenta de que essas pessoas que aqui estivesse, tivessem, inclusive, mais tempo de fala. E assim, o senhor, particularmente, já passa... já participou de outros momentos aqui em que a gente dá um tempo maior, em quem está na Mesa, e um tempo reduzido para quem vai fazer fala do Plenário. Então, a gente não tá invertendo a ordem das coisas ou simplesmente querendo cercear a fala de quem é a favor e de quem é contra. Mas, a gente, inclusive, chamou todas as pessoas, independente do entendimento. Agora, a Mesa, ela tem um papel político, sim, de afirmar um lugar em que a gente, inclusive, discorda como a forma, como esses processos têm sido feitos nos territórios, inclusive, na Zona Rural de Campina Grande. Então, a gente trouxe esse debate, nessa direção, inclusive, a Deputada Cida poderia estar aqui na Mesa, inclusive, como pessoa que fez parte de comissão, que puxa esse debate na Assembleia de outras vezes, e que está aqui hoje, inclusive, para ocupar a Tribuna na condição, inclusive, de autoridade que foi consultada aqui, na verdade, que foi convidada para ouvir o que as comunidades têm a dizer, nesse sentido. Então, só pra fazer uma questão de justiça e que não é cerceio de tempo, inclusive, eu lhe disse que era 5 minutos e o senhor falou 8 né? Então, só pra gente ir ajustando esses momentos. (Falas fora do microfone). Claro. Essa Mesa, também ela foi formada com intencionalidade, essa Mesa também ela tem um posicionamento político e a gente não mentiu isso em nenhum momento quando fez os chamados. Mas, eu gostaria, então, de passar, agora, a palavra para a Deputada Cida Ramos.



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**(Casa de Félix Araújo)**

Secretaria de Apoio Parlamentar  
Departamento de Taquigrafia

**A SRA CONVIDADA CIDA RAMOS (DEPUTADA ESTADUAL):** Bom dia. Eu quero saudar aqueles que, verdadeiramente, fazem o território e fazem o dia a dia do Brasil e da Paraíba, no que... são vocês, que somos nós, agricultores. Este debate aqui, saudando a Mesa, né? É... agradecendo o convite. Presido uma frente parlamentar na Assembleia Legislativa da Agroecologia, Agricultura Familiar e Meio Ambiente e Energias Renováveis. Este debate, Godói, você foi no centro, ele não é sobre, meramente, se a agricultura familiar tá sendo ou não prejudicada, se os contratos são injustos, e o são. Este debate hoje aqui, Secretário, não é um debate de quem entende de desenvolvimento e de quem não entende de desenvolvimento, e que tem que engolir, a seco, a chegada de empresas que recebem, não apenas isenções fiscais, recebem recursos para poder se instalar e deixar um rastro de destruição. Nós estamos discutindo aqui é o Nordeste, é o Brasil, é o papel soberano desse país e dessa região que é responsável por 82,3% das energias solar e eólica produzidas no Brasil. Os estados juntos, os estados é, da região, tem capacidade instalada de quase 30GW de energia, o que se trata aqui, senhores e senhoras, o que se trata aqui, companheiros, é de projeto de nação. Eu estive com Adriana, com Ceu, com Dilei, lá em Brasília, com o Ministro Márcio Macedo, e eu digo a vocês, denúncia, posição a gente já sabe, a hora agora é de botar o dedo na ferida, de dizer a Lula, de dizer ao Prefeito de Campina Grande, de dizer ao Governador: não achem que vocês têm autoridade e autorização de definir qual é a soberania que nosso povo tem que se submeter, a soberania de um território, de um estado e de uma nação, ela é determinada por seu povo, chega de quererem nos impor modelos que nos aniquila. A grande questão é que nós estamos reproduzindo desenvolvimento e modelo esquecendo os que moram, os que vivem e os que fazem a terra. Jamais permitiremos que políticas públicas, conquistadas a duras penas, seja ela de enfrentamento ao semi-árido, seja ela de produção, elas sejam substituída por um modelo que aniquila tudo isso. Não, definitivamente, não é esse o modelo. Nós não queremos um modelo que reponha o predatório, um modelo expropriador, um modelo que trata, que não tem regulamentação, que pega a terra e destrói. Não. Não nos trate como indigentes, como aqueles que devem voltar para frentes de emergência, nos tratem como atores políticos, porque a eleição de Lula foi vitória dos que estão aqui e de muitos outros que, no suor do meio-dia, foram às ruas para dizer que o Brasil precisava voltar para um desenvolvimento econômico justo, socialmente, mas, que olhasse para quem mais precisa. Portanto, a minha fala aqui, é para que a gente tome medidas práticas, a minha fala aqui é para dizer que o Governo do Estado tem que sim, através de seus órgãos, ter uma regulamentação diferente do que tem hoje. Nós queremos controle social, nós queremos que os conselhos nos inclua, nós não queremos que SUDEMA, que seja lá órgão que for, determine por nós. Nada, é o lema da pessoa com deficiência, nada sem nós... sobre nós, sem nós. Queremos a presença de agricultores. E só para concluir, Vereadora, eu quero me justificar, estarei à tarde promovendo uma audiência pública sobre a situação dos idosos, das instituições de abrigamento, lá em João Pessoa, sairei daqui direto pra lá. Mas, eu quero dizer uma coisa a todos vocês, a vida, desde cedo no meus 14 anos, quando subia no caminhão pra ir fazer a defesa dos... dos que



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**(Casa de Félix Araújo)**

Secretaria de Apoio Parlamentar  
Departamento de Taquigrafia

trabalham no... trabalhavam no canavial, eu aprendi que a vida esquenta, esfria, aperta e afrouxa mas, o que ela quer da gente é coragem. Porque sem essa, eles chegam, nos destrói e a gente se aniquila. E isso não ocorrerá com as energias renováveis. A luta, a luta e a luta. Um abraço no coração de todos. (Aplausos).

**A SRA PRESIDENTE JÔ OLIVEIRA:** Obrigada, Deputada Cida. Mais que justificada, a sua não permanência aqui. E eu já queria aproveitar, até pelo tempo, passar agora para Edson Júlio de Andrade Filho, que representa aqui a Defensoria Pública é... da União, em especial os direitos humanos.

**O SR CONVIDADO EDSON JÚLIO DE ANDRADE FILHO (DEFENSOR REGIONAL DE DIREITOS HUMANOS):** Bom... bom dia a todos e todas. É... queria dizer que pra mim é uma honra estar aqui nesse ambiente para trazer luz a essa discussão. Cumprimentar a Mesa na pessoa da Vereadora Jô, o Vereador Anderson e também do... dos nossos companheiros de luta, Dr. Godói, Dr. Claudionor, já participamos de inúmeros outros momentos sobre esse tema. É... é preciso dizer que, de fato, nem a Defensoria Pública e... me parece também que nenhum... nenhum dos outros presentes aqui é contra as energias renováveis, a energia eólica, energia solar. Só que a gente entende a essencialidade de que a instalação, a implantação desses modelos de energia venham acompanhados de uma política pública que regulamente e possibilite a proteção dessas comunidades rurais de agricultura familiar, comunidades quilombolas. Na... na nossa atuação, até então, Vereadora Jô, a gente tem identificado, de uma forma muito clara, pelo menos 07 eixos de preocupação, e eu vou aproveitar o espaço para tentar enumerá-los aqui. O primeiro eixo de preocupação são, e já foi falado aqui, são as abusividades contratuais. Quando a gente se depara - e muitos dados, inclusive, trazidos pelo Dr. Claudionor - quando a gente se depara com esses contratos, é realmente uma coisa impressionante. Só para que se tenha uma ideia, esses contratos, eles se dividem em 2 fases, uma primeira fase, os contratos que eu digo, os contratos de arrendamento, não é? O arrendamento da Terra, uma primeira fase, aquela fase de estudo ou de prospecção, e nele se paga um valor absolutamente irrisório, como disse Dr. Godoi, seria um valor equivalente, em... em média, a R\$ 1,00 por mês por hectare. Você tem uma galinha, você ganha mais do que isso. Então, as pessoas estão arrendando a... um... a... a sua terra por R\$ 1,00 por mês, por hectare, isso com a promessa de que, ao final desses estudos, serão implantada, serão implantados o aero geradores ou as placas solares e vão... e virão ganhos de alta monta, que também não se concretizam, porque os ganhos que são prometidos, são considerando a... a geração de energia em toda a sua potencialidade, mas, isso não ocorre. Os ventos, é... que tem um momento forte, um momento fraco e mesmo naquelas propriedades que recebem os aero geradores, os ganhos não são suficientes para... para aposentadoria dessas pessoas, como são prome... como é prometido pelos... pelas empresas. Mas, o mais grave é que essa... essas torres de energia eólica não são instaladas em todas as propriedades. Ao final desse estudo, dessa prospecção, se



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**(Casa de Félix Araújo)**

Secretaria de Apoio Parlamentar  
Departamento de Taquigrafia

identifica alguns locais específicos que vão receber essas... essas torres, e as outras propriedades continuam submetidas por 45 anos, renovável por mais 45 anos, a esse valor miserável, de basicamente R\$ 1,00 por mês, por hectare. O... os contratos trazem situações, é... uma desigualdade enorme, a começar do fato de exigir o sigilo, as pessoas não têm oportunidade, não tem o direito de discutir com quem quer que seja, com o seu vizinho, com a Defensoria pública, com um advogado de sua confiança, com a pessoa mais esclarecida. Depois de assinar os contratos, as pessoas não ficam com a via do contrato assinado, justamente para impedir que ela mostre para outra pessoa que... que algum órgão de defesa de direitos humanos possa fazer essa análise e alertar. Então, é uma situação que... que nos parece completamente ilegal, são pessoas simples que, evidentemente, não tem como entender o detalhamento daquele contrato, de forma que, do ponto de vista até mesmo do direito civil, nos parece haver uma ofensa ao vício de consentimento. Mas, seguindo até pela exiguidade do tempo, um... um... outro, um outro eixo que está diretamente vinculado, um eixo de preocupação que está diretamente vinculado aos contratos, é o discomissionamento, a retirada desses materiais, as empresas colocam no contrato que tem o direito de retirar, mas, não o dever. Significa dizer que, vencidos esses 90 anos, muito possivelmente 45 + 45, muito possivelmente essas... essa... essas estruturas eólicas ou solares, não serão mais interessantes. Possivelmente existirá uma outra forma de produzir, mais efetiva, e não será de interesse dessas empresas retirarem os materiais. Significa dizer que teremos um cemitério dessas... dessas bases eólicas, um cemitério de placas solares a impedir o... a nossa agricultura familiar. Existem, também, é... grandes relatos de danos ambientais, que foi muito bem falado já pelo Dr. Aldrin, danos à saúde das populações, existem estudos no exterior que tratam, é... de forma bem mais precisa e segura da... da... do distanciamento mínimo. E aqui não existem esses estudos e não são sendo observados os estudos que existem no exterior. Existe risco ao nosso patrimônio histórico arquitetônico. Existem, na prática, pouquíssimos impactos sociais... socioeconômicos positivos e muitos impactos sociais, socioeconômicos negativos. É, eu não vou me estender mais, entendendo a necessidade de... de repartir a fala, mas, eu queria dar um destaque a um, em especial, que o Dr. Claudionor já antecipou, que é esse risco de que daqui a 20, 25 anos a gente tenha toda uma geração de pessoas que vão ser surpreendidos com a ausência de direito de se aposentar pelo INSS como segurado especial, aquele segurado rural. Como Dr. Claudionor já mencionou, o Decreto 3.048, que regulamenta a lei de benefícios do... da previdência social, ela estabelece que é possível permanecer com a... a qualidade de segurado, desde que um eventual arrendamento não ultrapasse 50% e ele continue naquele exercício da agricultura. Mas, o que a gente tem visto são... é o arrendamento de 100%. Então, hoje essas pessoas estão perdendo a qualidade de segurado, em razão do arrendamento, e um razão de possuírem uma outra fonte de renda... uma outra fonte de renda decorrente dessa arrendamentos. Então, nós estamos produzindo, no âmbito da DPU, uma nota técnica nesse sentido, demonstrando esse risco e sugerindo a alteração do Decreto 3.048 pra, pelo menos, salvaguardar a situação dessas pessoas. Por óbvio, o ideal seria que não houvesse esse



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**(Casa de Félix Araújo)**

Secretaria de Apoio Parlamentar  
Departamento de Taquigrafia

arrendamento, que o modelo de exploração da energia renovável fosse outra, mas, pelo menos estamos tentando a alteração legislativa. Vou... eu ainda teria muitas coisas para falar, mas eu vou encerrar por aqui, agradecendo, realmente a... a... a... e, parabenizando por esse, por essa sessão pública, por essa audiência pública, porque realmente é preciso, a gente percebe que, de uma forma geral, as pessoas não conhecem os impactos, conhecem apenas as promessas de ganhos, mas, não conhecem, verdadeiramente, os impactos a que pequenos produtores rurais vão ser submetidos. Quando a gente fala com autoridade pública, com o deputado, eu... eu... eu soube, inclusive, que a Ministra do Meio Ambiente, a Ministra Marina, ficou impactada quando foi aí, até que enfim, é... alertada do que tá acontecendo no nosso nordeste. Então, é preciso momentos como esse pra gente garantir essa discussão pública e buscar, realmente, um desenvolvimento de uma política pública nessa área em proteção aos pequenos produtores. Muito obrigado.

**A SRA PRESIDENTE JÔ OLIVEIRA:** Muito obrigada, querido. Aqui tem médico, advogado e assistente social para falar, não é brincadeira, não é? Mas assim, é... Edson trouxe uma coisa que é importante a gente colocar. Eu tive a possibilidade de visitar um desses parques, essa questão da distância, Claudionor trouxe, outras pessoas também, é basicamente no quintal da casa das pessoas. Isso precisa ser discutido, de fato, né? Então, é importante que a gente amplie esse debate. Na sequência, agora, Lindemberg Figueiredo. É... ele é o Técnico representante aqui da Secretaria de Agricultura. E aí, só lembrando, enquanto Lindemberg se aproxima aqui da nossa... da nossa Tribuna, ainda temos Cícero Legal, Anderson Lima, também aqui, do Ministério Público Federal, e a gente encerra esse momento de falas com Dilei.

**O SR CONVIDADO LINDEMBERG FIGUEIREDO (REPRESENTANTE DA SECRETÁRIA DE AGRICULTURA E ENGENHEIRO AGRÔNOMO):** Bom dia a todos. Bom dia a Mesa. Eu sou Lindemberg Figueiredo, eu sou Engenheiro Agrônomo. É... presto serviço na Secretaria de Agricultura, daqui de Campina Grande. É... falar um pouquinho mais... mais alto, para que a turma atrás consiga na... na... na... consiga, realmente, escutar. Tá bom aqui? Tá ok. Então, é... Eu gostaria de citar que o momento é mais do que oportuno sobre juntar aqui, reunir aqui, representantes e instituições que levanta a bandeira sobre a questão da regulamentação, regularização. E, ao olhar da preocupação técnica sobre a questão de eólicas e solares e, futuramente, hidrogênio e outras fontes renováveis. Em virtude de que? Impactos são gerados diariamente, ao sair de casa eu e vocês geram impacto, ao usar um coletivo, eu e vocês e geramos impacto. Andar de ônibus, andar de carro, nós geramos impacto. Ao usar água em casa, nós geramos impacto. Ao usar areia, na construção de uma casa, nós geramos impacto. Então, nossa vida ela é regida por impacto ambiental, nós geramos impacto ambiental todos os dias, todos os nossos atos eles são regidos por impacto ambiental. Então, trazer os representantes, principalmente, Ministério público, principalmente órgãos federativos, órgãos estaduais, que traz a luz da preocupação, principalmente, disso tudo que é o ser humano, o



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**(Casa de Félix Araújo)**

Secretaria de Apoio Parlamentar  
Departamento de Taquigrafia

agricultor, é extremamente necessário, tá? É extremamente necessário, só que nós temos os fatores de... tanto da questão da regulamentação do impacto como também da compensação do impacto. Deixar de usar esse potencial que nós temos entre energias renováveis pra o Estado da Paraíba é um alerta que nós podemos também ficar pra trás. Nós não podemos ser contra a energia em si gerada, mas sim como modelo que se implementa e não nos preocupar com a questão de compensação ambiental como que está sendo discutida o fator de compensação ambiental, a exemplo não só de energia. Vou dar um exemplo pra vocês: a extração de areia no Estado da Paraíba. A extração de areia acontece diariamente no Estado da Paraíba e a Sudema tem pouca ação e regulação na questão da compensação, não só areia, mas todos os outros minérios. Então, a região Nordeste, questão de semiárido, nós temos impacto gigante com mineração, gigante com mineração, e no entanto, nós não temos a preocupação da compensação ambiental. Então, o que eu quero alertar pra todos presentes, nós temos impacto. Nós vamos ter impacto principalmente com eólica. Nós vamos ter impacto que não está ao nosso alcance de ouvir. Os animais têm uma sensibilidade auditiva muito maior do que a gente; então, nós vamos ter problema com saída de fauna, fuga de fauna nessas regiões, nós vamos ter problema com morte de animais em relação a impacto horizontal com... com as torres, nós vamos ter impacto de sonorização para as famílias próximo às torres, certo, independente dela estar funcionando ou não em virtude da corrente de ar que gera sonorização, impacto mecânico nessas... nessas unidades, agora, são impactos que precisam ser estudados, precisam ser identificados, precisam ser mitigados. Em que local da Paraíba nós podemos colocar essa... esses parques? De que maneira vai impactar o menor possível essas populações ali presentes, certo? Vamos deixar de colocar a... é um posicionamento que cabe exatamente a grupos sociais representados pela população, grupos sociais representados também pela população que está diretamente impactada não só pela implementação, mas também impactada financeiramente, e essa discussão, ela passa exatamente por isso porque é uma discussão que nós estamos no posicionamento contrário, é uma... é uma audiência de posicionamento contrária à forma que tá sendo colocada. Ninguém... a gente não tá vendo a... o posicionamento dizer: “Nós somos plenamente contra. Nós estamos aqui todos plenamente contra”, e sim, da forma que ela tá sendo implementada e da forma que ela pode ser melhorada a sua implementação para poder estabelecer a sua implantação com a sua devida geração não só de renda financeira, mas todo o agregado positivo que isso pode trazer de forma compensatória. Esse é o posicionamento. Eu não me posiciono tecnicamente a favor da implantação direta da... da questão da... dos parques eólicos. Tenho... tenho uma... visão técnica favorável para a questão dos parques... é... de energia solar, porém... porém, todo esse arcabouço passa por um simples processo questão de compensação ambiental porque em... em nosso Estado, todas... todos os outros... é... implantação de indústria, de qualquer outro de utilidade, digamos, pública pra população, ela passa por uma questão de compensação ambiental, porém, as instituições, que são as instituições que estão à frente para reclamar e para exigir não tem cumprido seu papel. Então, a compensação ambiental existe e ela precisa



**ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE  
(Casa de Félix Araújo)**

Secretaria de Apoio Parlamentar  
Departamento de Taquigrafia

ser exigida principalmente pelos órgãos públicos e os representantes políticos de cada município. É o posicionamento. Obrigado!

**A SRA PRESIDENTE JÔ OLIVEIRA:** Obrigada, Lindemberg! Você traz algumas coisas aí que eu acredito que as entidades depois vão refletir aí nas suas articulações, mas uma coisa que é fundamental: a gente não tá dizendo que não quer o progresso, a gente não tá dizendo que não quer novas energias; a gente tá aqui para construir outras alternativas, inclusive baseadas em modelos que a gente já acompanha, que essas entidades que estão aqui já têm experimentado, né, outras formas, né, de se fazer sem ser tão danoso principalmente para a agricultura familiar. É... na sequência aqui, Cícero Legal, do Ministério do Desenvolvimento Agrário aqui na... no Estado da Paraíba.

**O SR CONVIDADO CÍCERO LEGAL (REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO NO ESTADO DA PARAÍBA):** Bom dia todas e todos e todes! Primeiro lugar, eu quero parabenizar a Vereadora Jô Oliveira por propor essa Audiência Pública em relação a esses parques eólicos que estão sendo implantados aqui no Nordeste, mas especificamente aqui o da Paraíba, ao Anderson, né, também, e os demais vereadores, mas eu quero aqui cumprimentar o Godoy, né?! Godoy tem sido um representante do Ministério... Não desmerecendo os demais, mas o Godoy tem levantado a bandeira do povo do Brasil e do povo do Nordeste, especificamente aqui onde ele atua, aqui no Estado da Paraíba, e também, quero cumprimentar todos, todas que vieram aqui, os agricultores familiares. Eu sou aqui... representando o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Quando eu cheguei nesse Ministério, o Renato Gadelha foi embora. Quando eu cheguei nesse Ministério aqui, né, me disseram e que disseram que a ordem era o seguinte: que tinha milhões de brasileiros passando fome e que os superintendentes tinham que procurar dentro de seus estados melhorar a produção da agricultura, do alimento saudável, preservando o meio ambiente e mitigando as mudanças climáticas. Ora, nós vivemos num estado que tem 52 mil km<sup>2</sup>. Temos aqui um grande bioma nesse território aqui, que é o bioma Caatinga, né?! O... fez toda essa... ele colocou todos esses dados aqui para nós, que são dados complexos, né, pra que a gente, o homem, a mulher simples do campo possam entender essas questões, mas eu tive algumas vezes lá no INSA e o próprio órgão dizia: “Legal, a desertificação do bioma Caatinga, no semiárido, tá avançando. Nós precisamos tomar uma providência em relação a isso, não é, e aí, eu tô aqui no cabo que é pra tirar milhões de pessoas da fome, que precisa conservar o meio ambiente, que precisa fazer alimentos saudáveis, que tem que diminuir acentuadamente o agrotóxico, que tá matando o povo brasileiro, as crianças, as mulheres, os homens do Brasil e eu não posso chegar aqui, mesmo que tem alguns do Governo Federal que sejam contrários ao que eu vou falar aqui, mas eu não posso ser um representante aqui do Governo que represento a agricultura familiar, os agricultores familiares do meu Estado e eu aqui vir defender essa forma, esse modelo, esse padrão de parques eólicos e solares aqui na Paraíba. Eu sou de um



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**(Casa de Félix Araújo)**

Secretaria de Apoio Parlamentar  
Departamento de Taquigrafia

município ali pequeno, Malta, e lá, tem um parque que é uma coisa absurda. Chegaram lá, invadiram a cidade, essa empresa, e disseram que a cidade ia virar um oásis, que as pessoas iam ter qualidade de vida, e muitos acreditaram nisso. Acreditaram nisso, como muitos acreditaram que ia ficar rico com o ouro que foi tirado desse país e levado pra fora a riqueza, como a prata que pegaram desse país e levaram pra fora, como o pau-brasil que pegaram aqui e levaram pra outras pessoas, e o Brasil, muitos de nós sabemos. O Brasil não é uma nação, não é um povo construído. O Brasil, ele não atende os interesses do nosso povo. A construção social do Brasil foi pra interesses de meia dúzias... meia dúzia de pessoas aqui que explora o povo brasileiro, e no Governo Lula, nós temos aqui como representante da agricultura familiar, nós vamos trabalhar diretamente pra melhorar a qualidade de vida dos agricultores, das agricultoras, do povo pobre da rua que estão passando fome nos sinais, e nós não podemos aqui dizer que estamos mortos de felizes que... Primeiro, tiraram o ouro de debaixo da terra, a prata debaixo da terra, tiraram o pau-brasil da superfície, aí agora vem a questão do sol, né, que é acima da terra, a... o vento, que é acima da terra, e muitos disseram... Como é que pode a gente gerar tantos kW de energia, (viu, Renato?!), como é que pode a gente... produzir tanta energia, tanta... é... kW de aí de... de... de... essas... essas quantidades que nós geramos de energia e nós chegamos nos assentamentos, que são 322 assentamentos, Renato, aqui na Paraíba e as pessoas nem luz em casa tem, e como é que nós podemos dizer que estamos felizes produzindo uma enormidade de energia dessa e os agricultores familiares passando fome, não tendo energia em casa e a gente ficar satisfeito com um negócio desse? Eu jamais ficaria satisfeito com isso, e tô dizendo isso aqui. Eu tô dizendo aqui como um representante... eu tô aqui como Superintendente do MDA, mas jamais eu vou concordar com uma imoralidade dessa de riquezas ir pra fora pra atender às outras riquezas, responder a outras riquezas, e o nosso povo aqui viver... vivendo miseravelmente. Eu não concordo. Eu não trabalho dessa forma. O nosso trabalho na agricultura familiar vai pra ser pra tirar milhões de pessoas da fome e vamos também dar qualidade de vida a quem produz, ele ter o seu Natal, ter as festas de casamento, ter toda uma vida social, cultural, de estudo, de saúde. É isso nós queremos pra o povo brasileiro. Chega de escravidão nesse país! Nós queremos que todos os brasileiros possam usufruir da riqueza pública desse país. Muito obrigado a todos!

**A SRA PRESIDENTE JÔ OLIVEIRA:** Obrigada, Legal! Na sequência, Anderson Lima, Ministério Público Federal.

**O SR CONVIDADO ANDERSON DANILO LIMA (REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL):** Boa tarde já, né?! Boa tarde a todos! Parabenizo a Câmara de Vereadores pela promoção do evento, a Vereadora Jô pela iniciativa, e agradeço o convite pra estar aqui, e já sendo bem objetivo pra não estourar o tempo, né, e apenas em adição ao que o colega Godoy já trouxe, né, de elementos técnicos que norteiam a atuação do MPF nesta temática aqui na Paraíba, eu queria dizer que, de antemão, eu não sei se houve alguma compreensão, mas...



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**(Casa de Félix Araújo)**

Secretaria de Apoio Parlamentar  
Departamento de Taquigrafia

ou... ou se eu não estava atento, mas eu não vi ninguém aqui sendo contra a instalação de... de parques de energias renováveis aqui na Paraíba. O que a gente... é... particularmente do MPF, né... adotou, né, na verdade, desenvolveu um posicionamento contrário, foi a forma que esse espaço vem... vem sendo colocados aqui, e por questão jurídicas, né, é... é... eu sou aqui... Eu sou um técnico jurídico, não sou um técnico em matéria ambiental, e pra isso, existem o... o... os cientistas que falaram anteriormente com argumentos científicos, né, e a ciência, a gente... a gente aprende a respeitar, e a pandemia mostrou que respeitar a ciência... é... salva vidas; então, o Ministério Público... eu enquanto técnico jurídico... eu me norteio... eu norteio minha atuação... é... com base no conhecimento da academia, e a academia... é... tem demonstrado que essas energias, elas não são energias limpas. Então, esse é o primeiro ponto. É... a gente não pode ficar com uma desinformação aqui. Não são energias limpas. Elas podem ser energias minimamente poluidoras comparando com outras fontes de energia, mas não se tratam de energia limpa. O Professor Aldrin demonstrou o... o... a... é... uma série de impactos negativos que... que a produção dessas energias causa ao meio ambiente. Então, esse é o primeiro ponto já, essa é a primeira luta nossa: acabar com a desinformação - não são energias limpas - e se são energias que geram passivos ou externalidades ambientais, essas... esses passivos, eles têm que ser compensados... é... e... e... Isso é uma questão jurídica. É... O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito fundamental escrito na nossa Constituição da República. O desenvolvimento sustentável é um princípio da ordem econômica. Desenvolvimento sustentável não quer dizer que vai haver poluição, mas quer dizer que aquele polui, ele tem que compensar, ele tem que compensar a sociedade por esses eventos negativos que ele tem... ele vem trazendo pra ela, e no caso dessas empresas, o que a gente tem visto é o seguinte: é que existe uma privatização dos lucros, né?! Essas empresas privatizam os lucros e socializam os custos, né, pra sociedade paraibana... é... porque, sinceramente, eu, depois analisar esses contratos, de debater, eu não consegui até agora identificar o que é que essas empresas trazem de positivo pra sociedade paraibana porque vejam só: o dinheiro fica com eles, o lucro fica com eles, né?! É... A compensação que eles têm dado às pessoas é mínima. A energia não fica aqui. A energia vai embora. Tributo não fica porque elas vêm com isenção tributária, e por fim, o impacto negativo, o meio ambiente, que ele... eles só deixam esse impacto, e emprego também não gera. O argumento de que gera emprego, ele também é falacioso porque depois de instalado, não tem emprego. Então, o que é que essas empresas têm deixado aqui? Então assim, por... por questões... a questão dos contratos, aí eu trago argumentos jurídicos também. A função social do contrato, a boa-fé objetiva, são princípios que colocaram no nosso Código Civil. Todo contrário tem que se nortear por isso, o equilíbrio contratual também, e esses contratos não respeitam esses princípios jurídicos. Ou seja, o que é que eu tô dizendo? Essas empresas, elas vêm violando leis aprovadas nesse país. É uma violação de lei, e o poder público tem que tá atento a isso. O que a gente tem percebido é que os órgãos incumbidos de fazer essa fiscalização, de dar a licença, a Sudema na Paraíba, ela não tem... ela não tem exigido compensação ambiental dessas empresas pra dar as licenças, e aí, a



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**(Casa de Félix Araújo)**

Secretaria de Apoio Parlamentar  
Departamento de Taquigrafia

gente... é... fala o seguinte: “Não, posteriormente, a gente vai ver se vai... se tá gerando algum dano.” Não! A lógica não é essa. Neste caso, a ordem dos fatores altera o produto. A verificação tem que ser prévia. A licença, ela não pode sair sem os compromissos de compensação, e... e... e essas empresas, elas estão operando aqui sem nenhum compromisso de compensação, sem nenhum compromisso com mitigação de danos porque isso não vem sendo exigido dos órgãos que concedem essa licença aqui na Paraíba, nem Aneel, nem Sudema, e... e é isso que a gente tá chamando a responsabilidade do poder público, e aí... é... é... Secretário Renato, em... em relação à... à Audiência Pública, eu... eu tenho só um contraponto ao Senhor porque é o seguinte: o instrumento da Audiência Pública, ele existe justamente pra que o poder público escute a sociedade. É... a lógica é essa. A lógica não é o poder público dizer: “Sou oposição”, e aqui é o seguinte: toda... o... o Senhor disse inclusive que aqui todos tem uma oposição já, mas na verdade, quem tem uma posição prévia nesse caso é o poder público federal, estadual e municipal: todos são a favor, e o que a gente tá querendo trazer aqui é que os organismos da sociedade, a própria sociedade, a academia e o Ministério Público Federal tenham argumentos pra mostrar ao poder público que o poder público está equivocado nessa questão em autorizar da forma que vem sendo autorizado. Não é que se é contra a energia renovável, mas a forma como vem sendo feita tem gerado só... é... é... efeitos negativos pra a sociedade e um... a única beneficiada são essas empresas. Elas têm privatizado os lucros e socializado os custos. Então, essa é a posição técnica do Ministério Público Federal na Paraíba... é... e lógico, sempre aberto ao debate, mas hoje, de acordo com os argumentos da ciência e o posicionamento... e... e... e... a nossa... o diploma normativo, é... é... é... a disciplina normativa em nosso país, o posicionamento do Ministério Público é que essas empresas vêm violando as leis e essa violação precisa ser parada. É isso. Obrigado!

**A SRA PRESIDENTE JÔ OLIVEIRA:** Obrigada, Anderson! Eu acredito que você foi... É... passo agora pra o próximo Anderson, Anderson Almeida, Vereador. Ele disse que vai falar 3 minutos. Eu já fiquei emocionada!

**O SR VEREADOR ANDERSON PILA:** Eu vou... Eu vou pedir licença a vocês pra quebrar o protocolo e vou... e vou apenas parabenizar a Vereadora Jô Oliveira, minha companheira de bancada e amiga, por essa propositura de audiência pública, o qual, há 2 anos atrás, a gente também trouxe pra esse debate aqui também uma audiência pública porque conosco aqui, não existe personalismo; aqui, nós não debatemos pessoas. Não importa se quem traz a audiência é Anderson, é Jô, é Jô, é Anderson, a gente traz essa audiência pra aqui porque o debate é para vocês que tem que construir, até porque... é... eu discordo muitas vezes, e me desculpe... é... Secretário Renato, porque a outra vez, nós trouxemos esse trabalho aqui pra a gente dar vez e voz ao povo que não teve nem vez nem voz nem esse debate. Quando a gente traz essa audiência pública pra Câmara de Campina Grande, um espaço que, por anos, por mais de 100, 150 anos, nós não tivemos essas cadeiras aqui pra trazer e representar esse povo. Essa cadeira



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**(Casa de Félix Araújo)**

Secretaria de Apoio Parlamentar  
Departamento de Taquigrafia

aqui e esse debate daqui era feito somente com outro... com olho de um lado. Nós aqui quando chegamos, Dilei, aqui pra representar é porque a gente decidiu trazer o povo que luta pra dentro dessa Casa, e quando a gente traz aqui esse espaço de vez e voz. Eu tinha dito a Jô que eu não ia falar porque eu vim para escutar e aprender porque todas as audiências que a gente traz com o povo aqui, a gente vem pra aprender, mas eu não podia deixar de colocar. Nós viemos aqui como oposição e temos nossa posição, e nossa posição é contrária a muitas coisas que estão acontecendo, e aí, eu posso até falar como jurista porque no primeiro debate de análise desse contrato, a gente tava lá com Claudionor na OAB tentando analisar essas cláusulas que são trazidas e impostas e elas foram trazidas e impostas pelo poder público a nível... a todos os níveis que ele trouxe, Dilei, porque ele trouxe e impôs sem direito a cada um de vocês, ou cada um de nós, ter o direito de opinar. Então aqui, a gente ainda dá o direito de opinar, mas aqui nós temos posição, porque nós devemos ter posição naquilo que a gente faz e, inclusive... inclusive, eu trago um relato aqui importante. No momento... é... Legal, um dos momentos mais difíceis da nossa vida, que foi agora passando pela pandemia, foi homens e mulheres de campo, foi homens e mulheres da agricultura familiar, foi o MST, foi os movimentos sociais que tanto... que se preocupou com o povo de Campina Grande, aquele que aqui a gente representa. Nelson, foi esses cidadãos e cidadãs que muitas vezes saía aqui com Dilei num caminhão emprestado, dirigindo pra ir pegar alimento no campo, de, muitas vezes, pessoas que tinham 2 sacos de alimento e cederam 1 pra poder a gente trazer e alimentar o povo de Campina Grande dentro das cidades porque o órgão público e a gestão daqui nunca se preocupou por isso. Foi numa cozinha que a gente ocupou com os movimentos sociais junto ao MST, junto à Vereadora Jô, Dona Fátima, que a gente ocupou ali no Jeremias e lá na Vila Cabral de Santa Rosa, onde o povo morria de fome, e as gestões sequer... sequer... sequer procurava dialogar com a gente. Quando dialogava, era pra enrolar a gente e enganar. Batemos na porta da Semas, que era a secretaria responsável, e nunca... sempre era bem atendido lá, que ia acontecer, que ia... Enganaram até pegar a... a cozinha de volta e colocar algo que não era a cozinha comunitária, e vendo o povo passando fome, e foram os nossos colegas, os nossos amigos, agricultura familiar, MST, ASA e o homem do campo e a mulher do campo que, se solidarizando, tirou a fome do povo que era de Campina Grande, que é o povo da cidade. Então, é vocês aqui que tem vez e vós sempre que... e por enquanto estivermos aqui utilizando esse microfone e esse espaço de vez e voz. Muito obrigado, Senhora Presidente!

**A SRA PRESIDENTE JÔ OLIVEIRA:** Menina, ele foi sucinto mesmo! Eu tô emocionada! Pra encerrar esse momento então, passar para... é... Dilei Shiochet pra que ela possa fazer uso da Tribuna, e enquanto ela vai com a sua bandeira, eu só queria reforçar isso que foi colocado pelo Vereador Anderson, né?! Quantas vezes a gente tava lá no sábado e no domingo descascando macaxeira, correndo com coisa na cabeça, fogão, pra que, na segunda-feira, a população tivesse sopa, tivesse uma refeição, e quem mandava esse alimento lá pra cozinha para ela funcionar foram vocês aqui das áreas, né, da agricultura familiar, do entorno da cidade de



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**(Casa de Félix Araújo)**

Secretaria de Apoio Parlamentar  
Departamento de Taquigrafia

Campina Grande. Então, mais uma vez, reforçar nossa gratidão pela solidariedade que é própria do nosso povo. Muito obrigada!

**A SRA CONVIDADA DILEI SHIOCHET (MEMBRO DO SETOR DE PRODUÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS SEM-TERRA DA PARAÍBA):** Bom dia, lutadores e lutadoras do povo brasileiro! Eu não poderia deixar de subir nessa Tribuna hoje, Jô e Anderson. Porque acabou a CPI, o agronegócio perdeu – e perdeu, mané. Tá aqui o MST, e nós queríamos agradecer enormemente essa vitória que nós tivemos graças à solidariedade de todas as organizações desse país, a cada um e a cada uma de vocês porque eles não encontraram nada. O MST não é criminoso. O MST é um grande produtor de alimentos nesse país: foi o que eles encontraram. Nesse momento, eu pensei num... água mole, no ditado popular. Rose, água mole em pedra dura, tanto bate até que fura, e hoje, eu queria falar algumas coisas positivas da última audiência de 2021, pra gente também se embriagar de energia e pra a gente também continuar lutando. Após aquela audiência, nós vimos florescer... Em 2021, nós estávamos com as máscaras, não é, aqui. Que pena! Não estavam mais organizações, né Claudionor, mas agora, como tá bonita essa Plenária. Então, daquela audiência pra hoje, uma... um elemento importante é que mais gente se somou a essa bandeira porque mais gente foi prejudicado. Por isso, Marcos e Zélia, nosso exército aumentou pra lutar, e isso é muito positivo, isso é extremamente necessário, mas depois, aparece como tema a Marcha das Margaridas. Lutar pela vida e pela soberania energética da Marcha das Margaridas foi o auge pra gente ter essas vitórias porque é a partir das Marchas das Margaridas que se... que nós conseguimos, Roselita e Adriana, uma audiência em Brasília com o Secretário-Geral da Casa Civil, e nós estávamos juntos, e agora, Roselita e Adriana, se a cena vir para Paraíba uma comissão de ministros pra analisar os impactos da energia que estão acontecendo nessa região. Queiramos ou não, isso pra nós é uma grande vitória; e por último, queria dizer que aqui em Campina Grande, nós tivemos realmente, como Marcos falou, uma funcionária do INCRA e um funcionário desta Prefeitura que esteve nas áreas de assentamento cooptando... e cooptando as lideranças, levando benesses às lideranças, mas tenhamos a certeza que quem perdeu, perdeu, mané, e nós vamos, viu, Zélia e Marcos, Dona Clotilde irá pagar juridicamente por ser uma funcionária pública do INCRA, ter proporcionado, e inclusive, ter afetado à saúde de Josélia, que foi uma das depoimentos... depoentes aqui aquele dia, e que, no outro dia, ela deu enfarte e nós quase perdemos a companheira Josélia do assentamento Antônio Frosini por causa... por ela temer ser uma professora que luta pela vida e por ela entender que se botar parque de energia, como tá sendo pensado, nos assentamentos de Campina Grande, não terá espaço pra agricultura familiar e os assentados serão todos expulsos daqueles assentamentos, e a terra pública... e terra pública, empresa privada vá na terra privada. Isso é roubo! Roubo 2 vezes: rouba nossa, rouba do Estado brasileiro. Se quiserem, comprem terra pra implementar seus parques, mas não implementem porque hoje, nós no Nordeste, só no semiárido, nós temos 6 milhões de hectares de terra na mão de assentados, nós temos mais de... famílias assentadas, e nós temos



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**(Casa de Félix Araújo)**

Secretaria de Apoio Parlamentar  
Departamento de Taquigrafia

proposta. Nós vamos construir a soberania energética nos nossos assentamentos. Nós já aprovamos no Pronera um curso de graduação pra jovens assentados da reforma agrária serem, saberem e criarem os seus... é... a sua energia soberana, coletiva, cooperativada e não submissa ao capital estrangeiro e internacional pra produzir alimento, pra diminuir o custo do alimento. E por último, nós vamos criar a normativa interna no INCRA porque a área pública não pode ser privatizada, e nós vamos também ter uma audiência no INSS e Claudionor será o nosso companheiro de viagem e com a grande... e convocado pra ajudar nessa nossa missão. A vida... a vida está acima do capital. Portanto, o capital, não temos compactuação, mas nós queremos construir um país soberano onde o Estado brasileiro assuma a questão energética e o povo brasileiro assuma sua história e sua soberania. Água, terra e energia não podem ser mercadoria: são patrimônios do povo brasileiro. Viva lutadores! Viva as mulheres! Viva o povo brasileiro, e nós reconstruímos sim a soberania nacional porque vocês perderam, mané, perderam a Presidência e vocês perderam porque o povo tá mobilizado e organizado. Obrigada!

**A SRA PRESIDENTE JÔ OLIVEIRA:** Obrigada, Dilei! É... eu queria dizer que, né, como não tiveram outras inscrições, a nossa assessoria, inclusive, a quem eu quero abrir um registro especial e agradecer com o empenho, né, de toda a construção dessa audiência, desde as reuniões anteriores pra que a gente tivesse aqui junto com as organizações que eu já disse logo no início da minha fala, né, pra fazer esse processo de mobilização, garantir a chegada até aqui, então, tem... tem gente que chegou aqui 6 horas da manhã, e aí, a gente também conseguiu fazer alguns apontamentos. É... dentre eles, saíram 24 pontos do que foram falados, do que foram colocados aqui pra uso de vocês como proposta, entre elas: formação de uma câmara técnica envolvendo o Ministério Público, envolvendo a Câmara de Vereadores, a Assembleia Legislativa, a Prefeitura Municipal de Campina Grande e o próprio Governo do Estado; falou-se aqui sobre legislações que possam, né, já se antever a esse processo que a gente sabe que já tem chegado aqui pro entorno de Campina Grande; falou-se aqui sobre essa nossa... é... presença e incidência no consórcio do Nordeste, colocando inclusive que, esses dias, teve uma reunião dos representantes, governadores do consórcio do Nordeste, junto com o banco internacional, já pra pensar nesses investimentos. Então, é importante que a gente possa também buscar incidência junto a esse processo. Vale lembrar que o Governador João Azevêdo é o atual Presidente do Consórcio Nordeste; então, a gente precisa buscar, né, essas incidências, fora tantos outros pontos aqui que falam não só de Campina Grande, não só do entorno, mas também do Governo do Estado e dessa própria relação com os entes que fazem... é... e constroem essa relação junto ao Governo Federal. Então, a gente vai fazer um resumo disso aqui e apresentar pra cada uma das instituições, das entidades que aqui se fazem presentes pra que a gente possa ter essa... essa continuidade, né?! Quando Dilei colocou: nessa audiência de 2021, tiveram uma série de desdobramentos. Essa daqui também já se apresenta com a... pra gente com esse desafio. Então, a gente vai aqui se colocar à disposição pra colocar



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**(Casa de Félix Araújo)**

Secretaria de Apoio Parlamentar  
Departamento de Taquigrafia

pra Secretaria de Agricultura, pra Sudema, pra todos os órgãos que tiveram aqui: a Secretaria... é... de Meio Ambiente do Estado, do MDA, enfim, todas as pessoas que estão aqui pra que a gente possa dar continuidade a esse processo. Lembrando mais uma vez: não é a primeira vez que a Câmara de Vereadores de Campina Grande faz esse debate. Então, certamente, não será a última que nós vamos precisar estar aqui sabendo que a coisa funcionou, onde a gente avançou, onde a gente, né, tenha como... cometido algum equívoco, que eu acredito que não... é... aconteceu, e aí, certamente, a gente vai dando os encaminhamentos necessários. Lindemberg pediu 1 minuto? Fala... fala no microfone, por favor, porque os meninos que estão anotando aqui. Pode... Fale nesse daí que... que é importante que a gente registre porque... Pronto. Pode falar, Lindemberg.

**O SR CONVIDADO LINDEMBERG FIGUEIREDO (ENGENHEIRO AGRÔNOMO E REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE AGRICULTURA):** O Congresso Nacional tá em fase de regulamentação do marco regulatório de energias renováveis.

**A SRA PRESIDENTE JÔ OLIVEIRA:** Isso.

**O SR CONVIDADO LINDEMBERG FIGUEIREDO (ENGENHEIRO AGRÔNOMO E REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE AGRICULTURA):** Então, como... como indicação, que essa... essa assembleia possa tá indicando para participar desse marco o Instituto do Semiárido como instituição representante técnica do Nordeste junto com demais instituições federativas, no caso, universidades federais, e a ASA pra poder ter voz dentro desse marco regulatório, e levar informações que muitas vezes podem ficar deixadas de lado, esquecido, sem a participação popular e científica do Nordeste.

**A SRA PRESIDENTE JÔ OLIVEIRA:** Claro! Obrigada, Lindemberg, pela sugestão! Já tá anotado aqui, se as instituições já não fizerem, né, porque a gente sabe que essa articulação aí já vem... é... de um certo tempo. Para encerrarmos a nossa Sessão, eu queria só 1 minuto da atenção de vocês. É... a gente constrói obviamente uma audiência como essa ouvindo muita gente, fazendo um processo de debate que não passa por uma única reunião, né?! A gente teve algumas delas, um grupo ativo no WhatsApp o tempo inteiro colocando informações pra que tudo saísse como inclusive saiu hoje nessa manhã, mas eu queria pedir licença às pessoas que estão aqui discutindo uma pauta tão importante pra nós, de fazer também um momento de homenagens, né?! Uma das coisas que eu tenho feito questão de frisar aqui na condição de Vereadora, né, representante da população de Campina Grande, é reconhecer aqueles e aquelas que lutam com a gente na construção de uma sociedade diferente, e por que que a gente faz questão de fazer isso? Historicamente, os espaços de poder, eles são ocupados sempre pelos mesmos segmentos, né: familiares, econômicos, políticos, e aí, a gente, quando chega num lugar como esse, a gente não chega só. Chega muita gente que constrói o caminho que dá aqui inclusive a



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**(Casa de Félix Araújo)**

Secretaria de Apoio Parlamentar  
Departamento de Taquigrafia

exata medida do que a gente precisa pautar nesse espaço, pontuar como importante, e acima de tudo, né, é a gente olhar pro lado, independente de estarmos aqui enquanto Vereadora, enquanto Vereador, e saber que amanhã e depois, a gente vai continuar no lado certo da trincheira, né, porque a gente sabe que a nossa luta, ela é diária, e pra cada passo que a gente dá na sociedade, outros desafios se apresentam. Então, eu queria nesse momento ter a possibilidade de apresentar 4 Votos de Aplausos a pessoas e entidades aqui que eu considero que são fundamentais pra nossa referência de luta, pra esse lugar que a gente constrói diariamente: uma, que eu tenho um carinho muito grande, assim, por ser... é... parque integrante da minha formação enquanto militante. Se eu me coloco hoje nesse lugar ao lado de quem luta pelo direito à terra, pelo direito à moradia, pelo direito à água, pelo direito à alimentação de qualidade, passa muito por essa mulher: Luzia Maria Chagas Barbosa. É uma lutadora aqui da cidade de Campina Grande, histórica no movimento comunitário, no movimento de luta, uma das apoiadoras do MST. Eu lembro de, várias vezes, a gente tá no movimento estudantil, ocupando o gabinete da Prefeitura, fazendo questionamento e os enfrentamentos contra o aumento da passagem e Dona Luzia chegar lá com caldeirão de sopa, com caldeirão de pão, de suco, alimentando, né, fisicamente aqueles e aquelas que constroem esse momento com a gente. Queria também chamar aqui Marilene Nascimento de Melo, também uma lutadora nessa questão... é... do semiárido, uma referência para nós, inclusive, uma das primeiras pessoas a quem eu tive a possibilidade de ouvir falar sobre a convivência com o semiárido e que ontem, inclusive, foi aniversariante do dia, viu?! A gente vai cantar parabéns também. Esse aqui é especial (eu nem avisei a ele), mas nós estamos apresentando também um Voto de Aplausos a José Godoy Bezerra de Souza, que eu tive a possibilidade de conhecê-lo numa... numa construção que também me é muito importante, que é sobre os aspectos raciais, a gente ainda debatendo lá no começo de 2015, 2016, num comitê interracial, levando em consideração o Ministério Público, todas as frentes que a gente poderia mobilizar naquele momento. Então, desde então, o conheço como aquele que defende, né, aquilo que é tão caro pra mim do ponto de vista pessoal, que é o aspecto racial, mas inclusive, quando a gente olha essa última nota colocada pelo Ministério Público Federal colocando a necessidade de que as populações... é... quilombolas, indígenas, ciganas sejam ouvidas na construção desse processo dos parques, né, sejam eles eólicos e solares, a gente consegue perceber aí a sua digital pelo entendimento de que é a gente ouvir essas populações, e também, chamar aqui algumas pessoas que compõem a ASA Paraíba, que representam inclusive todo esse movimento de articulação com essa pauta, mas também, com tudo isso que nos coloca em movimento, que é a Marcha pela Vida das Mulheres pela Agroecologia, é o direito à terra, é o direito a uma alimentação saudável. Então, chamar aqui, representando a ASA Paraíba pelos seus 30 anos... é... Adriana Galvão e Roselita Vitor do território da Borborema, Everaldo Andrade e Valdenice Silva, né, representando o território do Curimataú, Socorro Oliveira e Sérgio Oliveira, representando aqui o território do Agreste, né, que compõe a ASA. Então, essas pessoas, representando essa entidade que também tem um papel aí fundamental para a



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**(Casa de Félix Araújo)**

Secretaria de Apoio Parlamentar  
Departamento de Taquigrafia

construção de todas essas lutas. Aí eu gostaria de chamar o meu colega Anderson para presidir aqui enquanto a gente faz essa entrega dos Votos de Aplausos **(Execução de música externa)**. Eu queria agradecer a presença de todos, mas queria convidar a todos que pudessem vir aqui à frente para a gente bater uma foto e encerrar essa Audiência Pública **(Execução de música externa)**.

**JAILMA FERREIRA**

Secretária SAP

**(ASSINADO O ORIGINAL)**